

Ministério da Educação
Secretaria da Educação Tecnológica
Escola Agrotécnica Federal de Barbacena – MG

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional 2007/2011

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação
Fernando Haddad

Secretário de Educação Média e Tecnológica
Eliezer Moreira Pacheco

Diretor Geral da Escola Agrotécnica Federal de Barbacena – MG
José Roberto Ribeiro Lima

Diretor do Departamento de Desenvolvimento Educacional
José Alexandrino Filho

Diretora do Departamento de Administração e Planejamento
Rosemary Werneck Bertolin

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
1 - DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DESTE DOCUMENTO, SEUS RESULTADOS E INDICAÇÕES GERAIS.....	6
1.1 - METODOLOGIA.....	6
1.2 - RESULTADOS.....	6
2 - PERFIL INSTITUCIONAL.....	15
2.1 - BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO – A ESCOLA QUE SOMOS RESPEITA A SUA HISTÓRIA E O SEU PASSADO.....	15
2.2 - INSERÇÃO REGIONAL – NOSSA ESCOLA TEM CONSCIÊNCIA DAS IMPLICAÇÕES DE SUA INSERÇÃO REGIONAL E DE SEU COMPROMISSO SOCIAL.....	16
2.3 - A ESCOLA QUE QUEREMOS SER VISA À REALIZAÇÃO DAS POTENCIALIDADES REGIONAIS.....	17
2.3.1 - PORTANTO, A ESCOLA QUE QUEREMOS SER DEFINE COMO ESSÊNCIA DE SUA MISSÃO.....	17
2.3.2 - DEFINE COMO SUAS FINALIDADES	17
2.3.3 - TEM COMO OBJETIVOS.....	18
2.3.4 - PLANEJA PARA OS PRÓXIMOS 5 ANOS AS METAS.....	18
2.3.5 - ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA.....	19
2.3.6 - RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	19
2.4 - POLÍTICAS DE ENSINO.....	19
2.5 - POLÍTICAS DE EXTENSÃO.....	21
2.5.1 - COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO ACADÊMICA.....	21
2.5.2 - COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.....	21
2.5.3 - SEÇÃO DE CONTROLE.....	21
2.6 - POLÍTICA DE PESQUISA.....	21
2.7 - POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	21
2.8 - VISÃO DE FUTURO E REORGANIZAÇÃO.....	22
3 - GESTÃO INSTITUCIONAL.....	23
3.1 - ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, ÓRGÃOS COLEGIADOS, COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES.....	23
3.2 - ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL.....	23
3.2.1 - CORPO DOCENTE.....	23
3.2.2 - CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO.....	27
3.2.3 - POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES.....	30
3.2.3.1 - FORMAS DE ACESSO, PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO.....	30
3.2.3.2 - POLÍTICAS DE ATENDIMENTOS A PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS.....	30
3.2.3.3 - ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL.....	31
3.2.3.4 - ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS.....	31
4 - ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA.....	32
4.1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	32
4.1.1 - PERFIL SOCIOMÉTRICO DOS DISCENTES.....	32
4.1.2 - PERFIL DO EGRESSO.....	32
4.1.3 - PROCESSOS, PRINCÍPIOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICOS.....	32
4.1.4 - POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	33
4.2 - OFERTA DE CURSOS E PROGRAMAS.....	33
4.2.1 - PREVISÃO DE OFERTA DE CURSOS E DE MATRÍCULAS PARA OS NÍVEIS MÉDIO, GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO <i>LATO-SENSU</i>	33
4.2.2 - CURSO SUPERIOR TECNÓLOGO EM DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DISTRIBUÍDOS (INFORMÁTICA).....	34
4.2.3 – PROEJA.....	34
4.3 - PROGRAMAS DE EXTENSÃO.....	35
4.4 - PROGRAMAS DE PESQUISA.....	37
4.4.1 - PRODUÇÃO ACADÊMICA, TECNOLÓGICA E CULTURAL.....	38

4.5 - PROGRAMAS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE TRABALHADORES.....	38
5 – INFRA-ESTRUTURA.....	39
5.1 - INFRA-ESTRUTURA FÍSICA.....	39
5.2 - INFRA-ESTRUTURA ACADÊMICA.....	41
5.3 - ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA PARA ATENDIMENTO A PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS.....	42
5.4 - ESTRATÉGIAS E MEIOS DE COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA.....	42
5.5 - CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA PARA O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDI.....	43
5.6 - GRAU DE ATENDIMENTO DAS INSTALAÇÕES AOS REQUISITOS DE DIMENSÃO PARA O NÚMERO DE USUÁRIOS, ACÚSTICA, ILUMINAÇÃO, VENTILAÇÃO, MOBILIÁRIO, LIMPEZA.....	43
6 - ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS.....	44
6.1 - ESTRATÉGIA DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.....	44
6.2 - PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO.....	44
7 - AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	47
7.1 – INTRODUÇÃO.....	47
7.2 – OBJETIVOS.....	48
7.2.1 – GERAL.....	48
7.2.2 – ESPECÍFICOS.....	48
7.3 - PRECEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	48
7.3.1 – ETAPAS.....	48
7.4 - DIMENSÕES A SEREM AVALIADAS.....	48
7.4.1 - PRIMEIRA DIMENSÃO – A MISSÃO E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	48
7.4.1.1 - NÚCLEO BÁSICO E COMUM.....	48
7.4.1.2 - DOCUMENTAÇÃO, DADOS E INDICADORES PARA ESTA DIMENSÃO.....	49
7.4.2 - SEGUNDA DIMENSÃO – A POLÍTICA PARA O ENSINO, A PESQUISA E A EXTENSÃO... 49	
7.4.2.1 - ENSINO – NÚCLEO BÁSICO E COMUM.....	49
7.4.2.2 - PESQUISA – NÚCLEO BÁSICO E COMUM.....	49
7.4.2.3 - EXTENSÃO – NÚCLEO BÁSICO E COMUM.....	49
7.4.2.4 - DOCUMENTAÇÃO, DADOS E INDICADORES PARA ESTA DIMENSÃO.....	49
7.4.3 - TERCEIRA DIMENSÃO – A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO.....	50
7.4.3.1 - NÚCLEO BÁSICO E COMUM.....	50
7.4.3.2 - DOCUMENTAÇÃO, DADOS E INDICADORES PARA ESTA DIMENSÃO.....	50
7.4.4 - QUARTA DIMENSÃO – A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE.....	50
7.4.4.1 - NÚCLEO BÁSICO E COMUM.....	50
7.4.4.2 - DOCUMENTAÇÃO, DADOS E INDICADORES PARA ESTA DIMENSÃO.....	50
7.4.5 - QUINTA DIMENSÃO – AS POLÍTICAS DE PESSOAL, DE CARREIRAS DOS CORPOS DOCENTE E TÉCNICO, E SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO.....	50
7.4.5.1 - NÚCLEO BÁSICO E COMUM.....	50
7.4.5.2 - DOCUMENTAÇÃO, DADOS E INDICADORES PARA ESTA DIMENSÃO.....	50
7.4.6 - SEXTA DIMENSÃO – ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO, COLEGIADOS, PARTICIPAÇÃO DOS SEGMENTOS DA COMUNIDADE NOS PROCESSOS DECISÓRIOS.....	51
7.4.6.1 - NÚCLEO BÁSICO E COMUM.....	51
7.4.6.2 - DOCUMENTAÇÃO, DADOS E INDICADORES PARA ESTA DIMENSÃO.....	51
7.4.7 - SÉTIMA DIMENSÃO – INFRA-ESTRUTURA FÍSICA.....	51
7.4.7.1 - NÚCLEO BÁSICO E COMUM.....	51
7.4.7.2 - DOCUMENTAÇÃO, DADOS E INDICADORES PARA ESTA DIMENSÃO.....	51
7.4.8 - OITAVA DIMENSÃO – PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO EM RELAÇÃO AOS PROCESSOS E EFICÁCIA DA AUTO-AVALIAÇÃO.....	52
7.4.8.1 - NÚCLEO BÁSICO E COMUM.....	52
7.4.8.2 - DOCUMENTAÇÃO, DADOS E INDICADORES PARA ESTA DIMENSÃO.....	52
7.4.9 - NONA DIMENSÃO – POLÍTICAS DE ATENDIMENTO A ESTUDANTES E EGRESSOS.....	52
7.4.9.1 - ESTUDANTES – NÚCLEO BÁSICO E COMUM.....	52
7.4.9.2 - EGRESSOS – NÚCLEO BÁSICO E COMUM.....	52
7.4.9.3 - DOCUMENTAÇÃO, DADOS E INDICADORES PARA ESTA DIMENSÃO – PESQUISAS E ESTUDOS SOBRE EGRESSOS.....	52

7.4.10 - DÉCIMA DIMENSÃO – SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA.....	52
7.4.10.1 - NÚCLEO BÁSICO E COMUM.....	52
7.4.10.2 - DOCUMENTAÇÃO, DADOS E INDICADORES PARA ESTA DIMENSÃO.....	53
8 – CRONOGRAMA.....	54
9 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	55
APÊNDICES.....	I
ANEXOS	II

APRESENTAÇÃO

A elaboração do plano de desenvolvimento institucional - PDI, segundo as atuais diretrizes do MEC, está pautada em fazer dele um instrumento **normativo** e **orientador**, que deve levar em consideração as características, potencialidades, fraquezas, ameaças internas e externas, bem como os pontos fortes da Instituição, no atendimento da **missão** por ela para si estabelecida e das responsabilidades a ela inerentes.

Diante disso, o processo de elaboração deste plano não se apoiou exclusivamente em pareceres e entendimentos exclusivamente técnicos, mas garantiu, como fundamental, o envolvimento dos diversos setores da instituição, a captação dos anseios e o estabelecimento compartilhado de objetivos, princípios e diretrizes gerais estratégicos, tidos por fundamentos da legitimidade, da amplitude e da orientação básica do PDI.

Para tanto, por meio de palestra inicial motivadora, compartilharam-se com a comunidade acadêmica informações e esclarecimentos sobre o novo contexto mundial e suas megatendências, pelas quais ganham sentido e urgência a preocupação de bem planejar; este plano, em si, e a necessidade da contribuição de cada um dos membros da comunidade, no fornecimento dos dados que compõem o diagnóstico geral, em termos da caracterização das realidades, das demandas e aspirações, bem como da sua participação no processo de elaboração do tipo de diálogo que será estabelecido entre a EAFB e o mundo em constantes transformações.

Por meio do diagnóstico geral (dados de origem primária e secundária) examinaram-se a situação geral (acadêmica, estrutural, funcional, social e especial) e suas variáveis determinantes; identificaram-se os fatores determinantes de persistência e mudança situacional, bem como, as alternativas significativas de intervenção, seus resultados e indicações gerais.

Resulta, pois, que este exercício de PDI, pela cronologia de sua elaboração e pela real participação dos segmentos acadêmicos na sua confecção, se constituiu, de fato, num projeto institucional comunitário.

1 – DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DESTE DOCUMENTO, SEUS RESULTADOS E INDICAÇÕES GERAIS

1.1 – Metodologia

Com o fim de garantir oportunidades autênticas de participação de docentes, servidores e discentes na definição e elaboração deste documento, as reuniões convocadas foram abertas a todos quantos se dispusessem a comparecer e participar. Listas de convocação, assinadas, foram passadas e estão arquivadas.

O processo foi iniciado em 24 de abril de 2006, com detalhamento da proposta de trabalho a ser desenvolvida sob a égide da Administração Superior da Escola Agrotécnica Federal de Barbacena – EAFB. Após encontros, reflexões e discussões internas, deu-se início à aplicação da proposta de elaboração do PDI (2007-2011), iniciando-se pela palestra intitulada “Mundo Hoje” e pela vivência de uma dinâmica de grupo (“Jogo dos Autógrafos”), envolvendo os participantes para desvendar padrões de relacionamento interpessoal, motivação e liderança no ambiente organizacional, como se pode visualizar nas figuras 1.1, 1.2 e 1.3.

A partir desta data foram realizadas 10 reuniões, com aplicação de metodologias de Diagnósticos Participativos (PROPLAN, METAPLAN, FOFA e GUT) para levantamento de pontos fortes e oportunidades, pontos fracos e ameaças nos ambientes interno e externo da Instituição, bem como os anseios e desejos do grupo. Também trabalharam-se, em grupo, os dados primários e secundários que explicam a realidade estudada.

1.2 – Resultados

Os resultados dos exercícios metodológicos vivenciados pela comunidade acadêmica no processo de elaboração deste documento, estão apresentados resumidamente nos Quadros 1.1, 1.2 e na Tabela 1.1, correspondentes ao Levantamento das Áreas de Interesse e Problemas Associados; à Priorização de Áreas, segundo frequência de citações aleatórias pelos participantes e à Hierarquização Áreas de Interesses.

O Quadro 1.3, que finaliza este item, traz o resumo das Áreas de Interesse, segundo resultados a aplicação das metodologias METAPLAN e FOFA.

a) Levantamento das Áreas de Interesse e Problemas Associados

QUADRO 1.1 - Resumo do Exercício de Pensamento Divergente sobre Grandes Áreas de Interesse para o PDI 2006/2011 da EAFB/CEFET

<u>Grandes Áreas</u>	<u>Problemas Associados</u>
1. <u>Meio Ambiente</u>	Saneamento básico, manejo/reciclagem de dejetos, uso correto (água, solos) e proteção de nascentes.
2. <u>Comunicação Interna</u>	Rede interna de informática, boletim interno e mais reuniões.
3. <u>Informática</u>	Modernização, universalização, CPD e Intranet.
4. <u>Condições de Trabalho</u>	Organização, infra-estrutura, comunicação interna, imagem da instituição, orçamento setorial participativo, transporte interno etc.
5. <u>Recursos Humanos</u>	Treinamentos /capacitação/reciclagem e relações humanas.
6. <u>Extensão</u>	Difusão de tecnologia (centro de), promoção de eventos e regulamentação das atividades de extensão.
7. <u>Ensino</u>	Qualidade, estágios, novos cursos, melhoria de infra-estruturas, melhoria do relacionamento Escola/alunos, esporte, lazer e cultura.

8. <u>Pesquisa</u>	Projetos, treinamento.
9. <u>Produção</u>	Industrialização, legislação específica e comercialização.
10. <u>Infra-estrutura</u>	Transporte, estradas internas, frota, salas de professores, mais e melhores laboratórios, passarelas etc.
11. <u>Material Bibliográfico</u>	Produção e segurança do acervo.
12. <u>Memória</u>	Arquivo, preservação de edifícios, datas, museu e restauração.
13. <u>Organização</u>	Orçamento setorial participativo, regulamento interno, <u>administrativa</u> , núcleo de educação inclusiva e coordenação de projetos.
14. <u>Patrimônio</u>	Manutenção, preservação e reintegração de posse.
15. <u>Cooperativa</u>	Modernização e expansão.
16. <u>Fundação de Apoio</u>	Desenvolvimento e expansão.
17. <u>Imagem da Instituição</u>	Comunicação social, inserção na região, satisfação da comunidade interna (condições de trabalho e relacionamentos) e produtividade acadêmica.
18. <u>Acompanhamento de Egressos</u>	Organização, desenvolvimento, intensificação e programação de eventos.
19. <u>Relacionamento: Escola/Estudantes</u>	Conexo com Ensino, organização e condições de trabalho, extensão, esporte, lazer e cultura.

b) Priorização de Áreas, segundo freqüência de citações aleatórias pelos participantes:

Quadro 1. 2- Problemas Detectados: Áreas de Interesse predominantes, segundo os resultados da aplicação da metodologia METAPLAN:

<u>Item</u>	<u>Denominação</u>
a)	Infra-estrutura/Espaço Físico
b)	Sistema organizacional /Administrativo
c)	Comunicação Interna
d)	Segurança física e patrimonial
e)	Atividades Acadêmicas
f)	Recursos Humanos / Relações Humanas.

c) Hierarquização Áreas de Interesses

A tabulação de 32 questionários, em que as seis áreas mais problemáticas, apontadas pelo METAPLAN, foram hierarquizadas segundo a percepção do grupo, resultou nos parâmetros retratados na Tabela 1.1, que aponta o item *b*, a atual **situação organizacional administrativa** como o *principal foco de insatisfações* (o item *a*, **Infra-estrutura /espaço físico**, tem conotações pontuais, de apelo menos imediato).

Ao desviar-se de enfoques e queixas um tanto quanto subjetivos, o mero exame técnico, por exemplo, dos relatórios de gestão, confirma esse desconforto, ao comprovar o **estrito formalismo** da estrutura e dos métodos de gestão atuais. As linguagens e os procedimentos setoriais nem sempre são intercambiáveis (até mesmo os *hardwares* carecem de uma uniformização de recursos e também de *softwares* atuais, que permita a simples e rápida transferência de arquivos entre os setores administrativos por mais de um meio). Há abundância de informes setoriais, utilizando múltiplas linguagens, o que gera processos de *incomunicação*, dificuldades e dissensos, provavelmente os identificados na análise mais acurada do diagnóstico como problemas de *falta de informações, relações humanas* e outros.

A aplicação do Método GUT de hierarquização indicou a seguinte ordem de Gravidade, Urgência e Tendência dos problemas (Tabela 1.1):

Tabela 1.1- Hierarquia das Áreas de Interesses predominantes, ordem GUT:

Item	Parâmetros				Ordem
	Σ	μ	δ	C.V.	
a)	1 172	39,066	26,699	0,68	6°.
b)	2 341	78,033	38,22	0,48	1°.
c)	1365	45,500	32,870	0,72	3°.
d)	1 600	53,333	35,657	0,66	4°.
e)	1 180	39,333	35,030	0,89	5°.
f)	1961	65,369	35,410	0,54	2°.

Número de respostas válidas: 30 (n = 30)
 Somatório dos pontos para Gravidade;
 Urgência; Tendência = Σ
 Média: μ
 Desvio padrão: δ
 Coeficiente de Variação: δ / μ

O conjunto de depoimentos dos participantes indica, principalmente, no que se refere ao item (a) **Infra-estrutura / Espaço físico** a preocupação com a incerta devolução, por razões de força política e de interesse econômico, do espaço **cedido em comodato**, por 40 (quarenta anos), a vencer em outubro de 2008, que hoje compreende, numa área construída de 1.463,63 m², 55 salas de aulas; 4 banheiros; 4 corredores; 1 sala para professores; 1 cantina; 1 auditório; 1 cômodo de despejos; 10 cômodos sanitários, usado pela instituição privada UNIPAC - Universidade Presidente Antônio Carlos, dentro do *campus* da EAFB.

Em vista das necessidades de espaço e estrutura física para os planos de expansão de Cursos e atividades de Extensão e Pesquisa, a EAFB tem, para seu processo de transformação em CEFET, que é uma de suas metas, ou para sua expansão na condição atual, que priorizar radicalmente a reintegração dessa área.

Em relação ao item (b) - **Sistema organizacional/administrativo**, faz-se necessária a adoção de medida simples, porém **estruturante**, a criação de uma Sessão de Controle, no âmbito do Departamento de Administração e Planejamento e sob orientação da CPA - Comissão Própria de Avaliação. Serão suas atribuições estabelecer, participativa e tecnicamente, a padronização dos relatórios setoriais e globais da Instituição, bem como a centralização da coleta, tratamento e repasse dos dados. Certamente que o efeito gradual e cumulativo desta medida simples levará à correção paulatina dos outros aspectos sentidos como problemáticos.

No item (c) - **Comunicação Interna**, o atendimento aos desejos, expectativas e reivindicações passa por medida também simples como **Instituição de um boletim interno**, cuja periodicidade poderá ser quinzenal ou mensal, em que a comunidade receba sistematicamente informações sobre atividades, eventos, cursos, pesquisas, solenidades, visitas, medidas governamentais de interesse geral e das categorias, cuja objetividade e concisão possa ser contida em uma folha de duas páginas de primoroso projeto gráfico.

As questões priorizadas no item (d) - **Segurança física e patrimonial** implicam ações corretivas onerosas e complexas. Este problema hoje afeta a todas as Instituições de Ensino, mormente públicas, e exige medidas sistêmicas rotineiras de longo prazo.

A valorização da ação dos servidores da área de segurança, mormente no acatamento às indicações, por eles, de procedimentos preventivos, será o primeiro caminho natural, simples e sem custos adicionais para o início das soluções.

Para os **Recursos humanos / Relações humanas**, priorizados no item (e), observa-se a ambigüidade e imprecisão inerentes ao processo participativo. Essa questão ficou imbricada com

questões relativas ao desempenho de mão-de-obra terceirizada, deficiências da comunicação interna, falta de treinamentos em relações humanas e de treinamentos específicos ao melhor desempenho técnico.

A implantação da cultura de auto-avaliação sistemática (Comissão Própria de Avaliação) será o caminho natural para detecção dos reais problemas e indicação das soluções.

Pela aplicação da metodologia FOFA, as percepções do grupo foram refinadas, retratando, de forma mais detalhada, a realidade percebida pelos participantes, indicando as ações, metas e investimento pretendidos para a Instituição.

No Quadro 1.3 pode-se observar a organização dessas idéias e, nas figuras 1.1, 1.2 e 1.3, observam-se etapas da metodologia.

QUADRO 1.3 – Áreas de Interesse, segundo resultados a aplicação das metodologias METAPLAN e FOFA

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
Infra-estrutura Física	Infra-estrutura Física
Localização do campus da Escola	Infra-estrutura física inadequada em alguns setores de trabalho; imensa área cedida a particular
Fácil acesso às dependências da Escola	Deficiências de equipamentos e materiais
Estrutura Física da Escola	Necessidade de modernização de equipamentos
Estrutura para prática desportiva	Campo de futebol com pista de atletismo
Ginásio poliesportivo de boa qualidade	Falta de acesso mais facilitado para portadores de deficiências
Boa conscientização da necessidade de melhoramentos e expansão da estrutura física	Condições de funcionamento dos laboratórios
Estrutura física pode ser potencializada em sua utilização	Precária informatização gerando necessidade de investimentos em rede informatizada de dados
Estrutura física adaptada aos cursos zootécnicos e agropecuários	Insuficiência de recursos financeiros para modernização de infra-estrutura física
Possibilidade para PNE	Falta melhor delimitação das divisas territoriais da área de Escola
Boa estrutura de atendimento a saúde dos alunos	Extensão territorial que gera problemas de controle e de proteção patrimonial e de segurança
Boa estrutura de fornecimento de alimentação aos servidores e alunos	
Espaço Físico	
Extensão territorial do campus	
Paisagem exuberante	
Amplio espaço físico	
Localização privilegiada na Região Sudeste	
Grande disponibilidade de espaço físico	
Gestão de Recursos Humanos	Gestão de Recursos Humanos
Capacidade técnica e qualidade humana dos servidores administrativos	Parte dos servidores administrativos de alguns setores necessita de maior qualificação ou atualização
Relacionamento entre servidores administrativos	Relacionamento de docentes referenciado a áreas de atuação profissional
Qualidade técnica de muitos professores	Conflitos entre necessidades individuais e institucionais
Corpo docente e administrativo capacitado	Pouco comprometimento com as atividades institucionais
Diversificação de conhecimento dos servidores administrativos e dos docentes	Falta de cooperação entre servidores administrativos
	Falta de interesse e comprometimento dos servidores administrativos e docentes
	Pontualidade e interesse nas atividades propostas pela Escola
	Considerar que a Escola pode viver somente do passado
	Cumprimento do horário de trabalho
	Falta de estímulos ao trabalho

continuaContinua

	Acomodação e desinteresse de parte dos docentes
	Poucas atividades de lazer para os servidores administrativos e docentes
	Inexistência de Plano de Saúde
	Inexistência de atividades de confraternização entre servidores administrativos e docentes
	Necessidade de assistência psicológica para alunos e servidores administrativos e docentes
Ensino	Ensino
Ser referência no ensino técnico agropecuário em nível nacional	Necessidade de renovação didática e dos métodos de ensino
Tradição no ensino técnico	Falta de bolsas para realização de cursos de mestrado e de doutorado
Qualidade do ensino na Instituição	Parcerias com outras instituições de ensino
Qualidade do curso técnico de informática	Falta de planejamento para capacitação
Bom atendimento	Pouca capacitação de servidores
	Pouco planejamento das atividades acadêmicas
	Falta de avaliação continuada da estrutura dos cursos
	Falta pesquisa na instituição
	Poucas atividades de extensão na instituição
Organização Administrativa	Organização Administrativa
Moralidade e transparência nos processos seletivos de admissão na Escola	Estrutura administrativa e organizacional ultrapassada
Boa organização administrativa em alguns setores da instituição	Excesso de burocracia entre setores administrativos e operacionais
	Deficiência dos registros e valorização das atividades realizadas
	Numero insuficiente de servidores
	Estrutura inadequada para gestão de recursos humanos
	Insuficiência do serviço de vigilância e segurança interna no campus
	Aproveitamento inadequado de alguns servidores administrativos
	Desperdício de energia
Estrutura de Produção	Estrutura de Produção
Qualidade dos produtos industrializados	Incipiente divulgação dos produtos comercializados
Qualidade dos alimentos produzidos e servidos no refeitório da Escola	Planejamento da produção
Boa capacidade de produção de alimentos	Planejamento das atividades da cooperativa
	Capacidade ociosa e sub-aproveitamento da estrutura física de produção agropecuária
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Ensino, Pesquisa e Extensão	Ensino, Pesquisa e Extensão
Criação de cursos superiores de Agronomia, Biologia (Genética), Enfermagem, Tecnólogo em Alimentos, Tecnólogo em Turismo Rural, Educação Física, Zootecnia, Adm. Rural, Cooperativismo, Tecnólogo em Agricultura Familiar, Tecnólogo em Agro negócio, Técnico em Química, Tecnólogo em Gastronomia.	Qualidade do projeto de transformação da Escola em CEFET Cenário competitivo que exige profissionais especializados

Continua

Realização de parcerias público-privadas na área de produção agropecuária	Carência de servidores na área pedagógica
Realização de convênios e contratos de cooperação técnica com outras instituições públicas e privadas para captação de recursos	Formação inadequada de professores Falta de professores especializados
Captação de recursos para pesquisa científica	Colocação do Tecnólogo no mercado de trabalho
Parcerias institucionais visando o desenvolvimento sustentável da região de influência da Escola	Estagnação em relação aos novos cursos
Desenvolvimento de pesquisas em agropecuária (zootecnia e agricultura)	Extinção do curso técnico em agroindústria
Oferecimento de cursos de qualificação profissional em diversas áreas para a comunidade	Concorrência de outras instituições de ensino da região, públicas e privadas, especialmente a UNIPAC
Dinamização de atividades de extensão direcionada a agricultura familiar e agricultura comercial	Crescimento do índice de evasão escolar devido, principalmente, à inadequação do ensino às exigências do mercado
Desenvolvimento de atividades de extensão em comunidades na área desportiva	Infra-estrutura
Desenvolvimento de atividades de extensão relacionadas às especialidades dos cursos existentes na Escola	
Intensificar atividades de extensão universitária com outras instituições de ensino	Deficiências do transporte público oferecido pelas Prefeituras Municipais da região aos alunos da Escola
Realizar eventos culturais	Fragilidade da segurança do campus da Escola
Implementar projetos de segurança alimentar	Carência de recursos financeiros para execução de projetos
Oferecer cursos de extensão em “Libra” e “Braille”	Insuficiente estrutura física e financeira para concretização dos projetos de Educação Física, Fisiologia e Anatomia
Gerar mais oportunidades de estágio aos alunos da escola nas áreas de ensino específicas	Carência de recursos humanos em geral
	Política Interna
	Política interna (entenda-se: do município) contrária ao desenvolvimento da Escola
	Oposição política
	Excessiva preocupação com o passado

É característica, portanto, da metodologia de planejamento participativo, o mérito de aprimorar e de universalizar o grau em que a comunidade percebe e, compartilha a percepção de, seus problemas e oportunidades.



Fonte: Arquivos EAFB

Figura 1.1 – Reunião inicial da elaboração do PDI com a comunidade acadêmica da EAFB. Palestra.



Fonte: Arquivos EAFB

Figura 1.2: Vivência de dinâmica de grupo associada ao tema.



Figura 1.3- Vista parcial de uma das sessões de prática metodológica do Diagnóstico Participativo – FOFA

2 – PERFIL INSTITUCIONAL

2.1 – Breve Histórico da Instituição – A escola que somos respeita sua História e seu passado

O embrião das Escolas Agrotécnicas foi plantado durante o século XIX, quando a necessidade de modernização da agricultura, decorrente da expansão cafeeira, na região Sudeste, e da decadência do ciclo da mineração, em Minas Gerais, suscitou interesse por cursos técnicos destinados a formar administradores competentes para as fazendas. Até então, ao longo da época imperial, a grande atração para as elites brasileiras eram os títulos conferidos nas Academias de Direito de Olinda e de São Paulo, fundadas no Primeiro Império.

Em 1891, Jaguaribe Filho, relator da comissão do Congresso encarregada de rever as leis sobre ensino superior, considerando que a agricultura constituía a principal fonte de riqueza de São Paulo, observou a necessidade de que não se descuidassem de **“dar os meios de aprendizagem aos filhos de tantos distintos cidadãos”**, os quais deveriam orientar os jovens **“para outras profissões científicas”**, **“por falta de uma escola em que, a par de conhecimentos úteis e experimentais, possam habilitar-se para gerir a própria fortuna, ou alheia, que lhe foi confiada”**. Na mesma legislatura, Paulo Egídio apresentou projeto visando à promoção do ensino técnico profissional, **“habilitando o lavrador a cultivar a terra cientificamente”**.

Em discurso proferido na Câmara dos Deputados em 14 de julho de 1898, Miranda de Azevedo afirmava a necessidade de **“orientar o espírito do povo, procurando estimular nas próprias crianças o gosto pela agricultura, para esta vida que pode criar homens que com a sua atividade e energia, colaborem no progresso da nação, livrando as gerações futuras da propensão que tem a nossa para formar bacharéis em toda espécie, e para solicitar empregos públicos** (substitua-se “agricultura” por “indústria”, *lato sensu*, e “serviços”, e ter-se-á igual apelo para a situação atual).

Evidente que os obstáculos, apesar do discurso, foram inúmeros. A tradição luso-brasileira, que considerava o trabalho manual no campo um sinal de desonra, era mentalidade dominante ainda nas primeiras décadas da República, como demonstra em discurso o Senador Antônio Cintra, em Assembléia estadual, em agosto de 1898, insistindo que candidatos a esse tipo de aprendizado deveriam ser encontrados entre **“as classes menos favorecidas”**.

Este pensamento expressa o dualismo existente e persistente, na sociedade, entre as “elites condutoras” e a maioria da população, aparecendo a formação profissional, desde suas origens, associada às classes menos favorecidas e como instrumento de política assistencialista.

Neste cenário, que contrapunha a visão conservadora dos bacharéis à perspectiva progressista dos técnicos em agricultura, foram criadas escolas, em Minas Gerais, basicamente, com cunho assistencialista, inclusive geridas com grande empenho por padres salesianos (posteriormente desativadas transformaram-se, na prática, em Seminários). Não obstante os “bons propósitos”, e apesar da disponibilidade de máquinas e de técnicas, os alunos destinados ao aprendizado agrícola eram os principais motivos do insucesso.

Em 1910, em momento político de consolidação da República, a cidade de Barbacena ocupava lugar de destaque na política nacional, pela atuação de seus filhos ilustres, que, desde o Império, participavam das grandes decisões nacionais. Em ação conjunta, reivindicaram eles ao Governo Federal a instalação em nossa cidade do APRENDIZADO AGRÍCOLA, tendo como finalidade o cultivo de frutas nacionais e exóticas e o ensino prático da fruticultura, considerando a situação geográfica e o clima propício àquele tipo de cultura. Nasceu, portanto, nesse momento, esta Escola, que teve, ao longo dos anos, sua denominação e subordinação sucessivamente modificadas, como se mostra a seguir, enquanto ia firmando a reputação de excelência que a distingue:

O Decreto nº. 8.358, de 09 de novembro de 1910, do Exmo.sr. Presidente Nilo Peçanha, criou o Aprendizado Agrícola de Barbacena, subordinado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. A 10 dezembro do mesmo ano a Fazenda Nacional adquiriu uma Chácara, com benfeitorias, com área total de 4.950.138,64 m², futura instalação da Escola. É nomeado seu primeiro diretor, o Prof. Diaulas Abreu.

De 1911 a 1913 ocorreu a construção da sede e dependências. O belíssimo projeto da sede, em estilo rural francês, no alto da “colina” (como era denominado o local da chácara), inclusive tombado, hoje, pelo Patrimônio Histórico Municipal, foi idealizado pelo arquiteto e paisagista francês Arsene Puttonas. As atividades da Escola tiveram início em 14 de julho de 1913.

Pelo Decreto nº. 22.934, de 13 de julho de 1933, foi mudada a denominação de Aprendizado

Agrícola de Barbacena para Escola Agrícola de Barbacena, ainda subordinada ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

No governo do Presidente Getúlio Vargas, com o desmembramento do Ministério da Agricultura e Ministério de Indústria e Comércio, passou a Escola Agrícola de Barbacena a subordinar-se ao então criado Ministério da Agricultura.

Em 1946 a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, criada pelo Decreto-Lei nº 613, de 20 de agosto, definia três tipos de estabelecimentos de ensino agrícola: Escolas de Iniciação Agrícola, Escolas Agrícolas e Escolas Agrotécnicas. No ano seguinte, no governo do Exmo.sr. Presidente Eurico Gaspar Dutra, pelo Decreto nº. 22.506 de 22 de janeiro, nossa Escola passou a chamar-se Escola Agrotécnica de Barbacena.

Em 1955, no governo do Exmo. Sr. Presidente João Café Filho, a denominação passou a ser Escola Agrotécnica "Diaulas Abreu".

Em 1964, Decreto Presidencial nº. 53.558, de 13 de fevereiro, tendo em vista o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4.024 de 20/dez/1961), alterou sua denominação para Colégio Agrícola "Diaulas Abreu".

Em 1967 a Escola, que até então era subordinada ao Ministério da Agricultura, por meio da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, passou, pelo Decreto nº 60.731, de 19 de maio, para o Ministério da Educação e Cultura – MEC.

Com a criação, em 1973, da Coordenação Nacional do Ensino Agrícola – COAGRI, pelo Decreto nº. 72.423, de 09 de julho, a Escola passou a ser subordinada a este órgão, pertencente ao MEC.

Em 1979, pelo Decreto nº. 83.935, de 04 de setembro, passou a denominar-se Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG, "Diaulas Abreu".

Em 1986, com a extinção da COAGRI, a Escola passou a subordinar-se à Secretaria Nacional de 2º Grau – SESG, pelo Decreto nº. 93.613, de 21 de novembro.

Com a extinção, em 1990, pelo Decreto nº. 99.180 de 15 de março, da SESG, e criação da Secretaria Nacional de Educação Tecnológica – SENETE, de novo mudou sua subordinação.

Finalmente, em 1993, em virtude da Lei nº 8.731, de 16 de novembro, a Escola Agrotécnica Federal de Barbacena "Diaulas Abreu" passou à condição de Autarquia, vinculada à Secretaria de Educação Média e Tecnológica – SEMTEC, do Ministério da Educação.

2.2 – Inserção Regional – Nossa Escola tem consciência das implicações de sua inserção regional e de seu compromisso social.

O Município de Barbacena, onde se localiza a EAFB, está situado na Região Sudeste, no Estado de Minas Gerais, especificamente na mesorregião denominada Campo das Vertentes, que se limita com as mesorregiões Metropolitana de Belo Horizonte, Central Mineira, Zona da Mata, Sul de Minas e Oeste de Minas, o que evidencia a favorabilidade de sua posição geográfica estratégica, nos contextos do Estado e do País (Ver Apêndice 2.1).

O Estado de Minas dispõe da maior malha rodoviária do Brasil, além de uma boa infraestrutura de transporte ferroviário e aeroviário, condições ideais para o sucesso de empreendimentos, especialmente pela proximidade dos principais centros de consumo e dos portos brasileiros. A cidade dispõe de Aeroporto com pista de asfalto de 1760 m, atendendo ao tráfego de aviação geral, com potencial para operar aeronaves do porte do CESSNA 208-Caravan ou King-Air C-90.

Barbacena tem uma população estimada para 2005, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, apud MINAS GERAIS (2006) de: 123.005 hab., morando 91% no meio urbano (IBGE).

Numa **altitude** de 1160m (sede do município), o **clima** é tropical mesotérmico, com predomínio de temperaturas amenas (média anual entre 15 e 18° C). A área do município é de 787,96 Km² (IBGE). O **relevo** é acidentado e elevado, de aspecto serrano, no alto da Serra da Mantiqueira.

A **infra-estrutura de Saúde** compreende, segundo o SUS – Ministério da Saúde apud MINAS GERAIS, 2006, 5 hospitais e 6 clínicas psiquiátricas, 1 299 leitos e 64 unidades ambulatoriais.

O **parque empresarial** compreende 3 060 Empresas com CNPJ, das quais 88% microempresas (critério de classificação do Departamento Nacional de Registros do Comércio).

Há 28 **unidades Hoteleiras**; 06 Agências bancárias; 04 Emissoras de Rádio; 06 Jornais; 01 Concessionária telefonia: Telemar; 01 Concessionária energia elétrica: Cemig.

A área de **Educação** conta com grande diversificação: Barbacena é sede da 3ª

Superintendência Regional de Ensino, que abrange 24 municípios; conta 60 estabelecimentos de Ensino Fundamental, 14 de Ensino Médio; com escolas Federais, como a nossa EAFB e a Preparatória de Cadetes do Ar-EPCAr; 01 Universidade Particular (Presidente Antônio Carlos – UNIPAC). Universidade Estadual, Faculdades particulares, totalizando 25 cursos de nível superior, a saber: Administração de Empresas, Biotecnologia, Ciências da Computação, Ciências Contábeis, Ciências Aeronáuticas, Comunicação Social, (Publicidade e Propaganda), Normal Superior, Psicologia, Biotecnologia, Farmácia, Educação Física, Enfermagem, Direito, Farmácia e Bioquímica, Fisioterapia, Fono-audiologia, História, Letras, Matemática, Medicina, Nutrição, Pedagogia, Psicologia e Turismo (Faculdades, 2006).

2.3 – A escola que queremos ser visa à realização das potencialidades regionais

No contexto regional, resumidamente descrito acima, a Escola Agrotécnica Federal de Barbacena reconhece e tem exercido seu compromisso social, ao receber alunos de todo o seu entorno e de diversas regiões do País, e **prepara um salto de abrangência e de qualidade, ao planejar a ampliação de seus Cursos e vagas.**

À privilegiada situação geográfica soma-se a constatação, por estudos recentes com base em dados censitários, de que a região polarizada por Barbacena pode estar próxima de um estado estacionário em seu desenvolvimento econômico e crescimento de renda, salvo a ocorrência de um choque exógeno, constituído por forte **intervenção econômica governamental** ou por uma **mudança tecnológica**. À remota possibilidade do primeiro fator, soma-se a **ameaça** representada pela concorrência das Instituições Federais de Ensino, presentes no Estado e na Mesorregião, na promoção do segundo. Não estar em condições de participar, em pé igualdade, da promoção dessa mudança, é condenar-se à inferioridade institucional e à extinção.

Por isso a **Escola que queremos ser** almeja uma mudança de patamar institucional, crescendo planejada e gradualmente, adequando-se às mutantes necessidades regionais e fazendo de seu invejável passado ponto de partida para um grandioso futuro.

A mudança institucional deverá pautar-se, em bases realistas, na mudança interna, pela busca de um novo padrão de eficiência, pela oferta de um novo padrão de relacionamentos, e por nova abordagem do ambiente externo, em que, por meio de novos Cursos, novo programa de Extensão e novo programa de Pesquisas, a Instituição venha a efetivamente colocar-se em consonância dos novos tempos e em condições de fecundas parcerias com suas congêneres e com o meio empresarial local, regional e nacional.

2.3.1 – Portanto, a Escola que queremos ser define como essência de sua Missão:

Oferecer ensino profissional e tecnológico de qualidade, formando e qualificando cidadãos e profissionais, em conexão com a contribuição para a inclusão social dos indivíduos, bem como, para o desenvolvimento econômico e social das comunidades, propondo e participando de programas de Extensão e de Pesquisa consentâneos com as necessidades locais e regionais, em parcerias com os demais atores sociais.

2.3.2 – Define como suas Finalidades:

Formar e qualificar cidadãos e profissionais, por meio de:

I – educação tecnológica com vistas à formação, à qualificação, requalificação e reprofissionalização de jovens e trabalhadores em geral nos vários níveis e modalidades de ensino para os diversos setores da economia, especialmente nos de agropecuária e agroindustrial;

II – pesquisas tecnológicas e desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços, em articulação com os setores produtivos e especialmente os da agropecuária e agroindústria, e a sociedade em geral;

III – estratégias de educação continuada;

IV – oferecimento de educação básica em articulação com o Estado, Município-Sede e Municípios Regionais para atendimento às necessidades de suas comunidades;

V – preparar para oferecer, além da educação indicada nos Incisos I e IV, o Ensino Superior de Tecnologia, nos termos da legislação vigente.

2.3.3 – Tem como Objetivos:

- I – desenvolver educação profissional nos níveis básico, técnico e superior tecnológico, capacitando profissionais para o mundo do trabalho, investindo no fortalecimento da cidadania;
- II – colaborar com o desenvolvimento agro-industrial-pecuário, tecnológico e de serviços da Região, por meio de ações articuladas com o setor produtivo e a sociedade em geral;
- III – incentivar e operacionalizar mecanismos de pesquisas e extensão;
- IV – desenvolver metodologias próprias, visando a efetiva articulação da educação, produção e pesquisa;
- V – oportunizar outras formas de ensino, na forma da legislação vigente;
- VI – velar pelas legislações e normas vigentes e pelo cumprimento da Proposta Pedagógica adotada pela Escola;
- VII – assegurar uma gestão administrativa e uma prática pedagógica de qualidade;
- VIII – garantir uma avaliação institucional dinâmica e constante com a participação dos diversos segmentos envolvidos.

2.3.4 – Planeja para os próximos cinco anos as Metas:

I) Em consonância com, **as necessidades regionais** e a **vocação institucional**, incrementar, no período de 2007 a 2011 a oferta de cursos e o número de vagas, em áreas do conhecimento que se justificam pelas demandas regionais com ênfase na gestão ambiental, agroturismo e agronegócio, com vistas nas oportunidades criadas pelas próprias características regionais e por projetos como, por exemplo, o da Estrada Real. Assim, a EAFB almeja oferecer os cursos: Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, Curso Superior de Tecnologia em Turismo e Curso Superior de Tecnologia em Alimentos com implantação prevista para 2007, 2008 e 2009 respectivamente (as respectivas Propostas podem ser conferidas no Apêndice 2.II).

II) Em consonância com os Cursos Superiores de Tecnologia implantar e incrementar a oferta de:

- programas de Extensão;
- programas de Pesquisa e de desenvolvimento tecnológico.

III) Em consonância com as aspirações expressadas no processo participativo de diagnóstico e planejamento:

- Melhorar o processo de comunicação interna, por meio do estímulo à publicação do periódico dos discentes, do informativo da administração e da revista destinada à veiculação de teses, artigos e demais obras técnicas dos segmentos da comunidade acadêmica, bem como a veiculação de notícias pelo correio eletrônico e por bancos de dados compartilhados;
- Melhorar os processos de gestão, atualizando métodos e procedimentos, aperfeiçoando controles e relatórios destinados a subsidiar eficientemente o planejamento e a avaliação institucionais (Ver Apêndice 2 III);
- Assegurar conformidade com os requisitos ambientais, numa perspectiva de responsabilidade social, por meio da implantação de programas de sistemas de gestão ambiental, gestão e educação ambiental, auditorias e treinamentos e desenvolvimento de normas e padrões internacionais. Apêndice 2.IV.

Em conexão com esse desiderato e como contribuição, também, à questão da sustentabilidade financeira, implantar-se-ão, em cada setor, estabelecendo-se os parâmetros de maneira participativa, planos de metas para economias em:

- a) consumo de água;
- b) consumo de energia nas suas diversas formas;
- c) consumo de combustíveis fósseis;

- d) restrições à liberação de CO₂;
- e) produção e disposição de lixos comuns;
- f) produção e disposição de lixos tóxicos;
- g) consumo de insumos gerais por setor de atividade;
- h) racionalização de aspectos logísticos relacionados a transporte, armazenagem, embalagens e distribuição de insumos e produtos.

O Apêndice 2.V apresenta o cronograma geral de implantação das metas.

2.3.5 – Áreas de Atuação Acadêmica

A EAF Barbacena oferece, atualmente, **Cursos de Nível Técnico**, que atendem a cinco áreas profissionais: Agropecuária, *Design*, Gestão, Informática, Meio Ambiente, Saúde e Turismo. Foi aprovado, em janeiro de 2005, o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas Distribuídos, na área de Informática, cuja primeira turma entrou neste ano de 2006.

Obs. O aditamento do “Curso Superior de Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas Distribuídos” no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia já está sendo providenciado junto ao pesquisador profissional (PI).

Os cursos planejados para a ampliação de oferta nos próximos cinco anos distribuem-se nestas mesmas áreas.

2.3.6 – Responsabilidade Social

A EAFB entende que seu papel não se esgota em receber demandas da sociedade ou dialogar com ela. Cabe-lhe o papel preponderante de sistematicamente prospectar as necessidades e, sempre em interação com a comunidade e com parceiros, antecipar e orientar as demandas e seu atendimento.

Para maior efetividade no cumprimento dessa responsabilidade, serão de utilidade a mudança organizacional que se propõe, qual seja, a criação de novos órgãos e serviços.

Segundo dados do Censo de 2000, do IBGE, a mesorregião do Campo das Vertentes, cuja polarização Barbacena divide com Lavras e São João Del Rey, abriga uma população de 508 602 hab; 83% com dez anos ou mais de idade; 77 % urbana e 91,2 % alfabetizada. A mesorregião é, porém, pelos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil -1991-2002, apenas a 7^a. menos pobre entre as 12 do Estado, a 8^a. em renda, a 4^a em mortalidade infantil, caracterizando um longo hiato da situação atual até à mais desejável, a desafiar seus atores sociais.

2.4 – Políticas de Ensino

A educação profissional e tecnológica não pode ser mais concebida como uma preparação exclusiva do aluno para o emprego de carteira assinada, tampouco como uma fundamentação teórica, desvinculada do real e aplicável só ao ideal.

A EAF Barbacena desenvolve uma política educacional de reconhecimento da educação profissional e tecnológica como um trabalho de real inserção do aluno à vida produtiva da região e da nação, buscando ser uma multiplicadora de conhecimentos que gerem oportunidades e não apenas uma inventariante de informações.

Tenciona-se fazer do aluno egresso um empreendedor social, em outras palavras, um indivíduo capaz de empreender, de associar-se para crescer, de produzir não só a sustentação própria, mas também a melhoria da qualidade de vida da comunidade em que está inserido.

Nessa perspectiva, estabelecem-se como diretrizes de trabalho da Instituição a busca permanente da associação teoria-prática, por uma gestão acadêmica dinâmica e participativa e, portanto, empenhada em acompanhar as mudanças e exigências do mercado de trabalho, bem como em ouvir as múltiplas vozes dos sujeitos que fazem acontecer o processo ensino-aprendizagem: alunos, professores e especialistas da educação.

Nessa perspectiva, estabelecem-se como diretrizes de trabalho da instituição:

- Rever e atualizar os currículos dos cursos oferecidos atendendo as mudanças e necessidades do cotidiano, a fim de que se cumpra o papel social da Escola;
- Promover a qualificação de docentes e técnico administrativos (ver quadro 3.2 e 3.3 e cronograma de implantação de metas – apêndice 2.V) e a capacitação dos servidores, de forma permanente, mediante parcerias ou não, sempre que necessário ao atendimento da missão, finalidades, metas e objetivos da Instituição no período vigente deste PDI;
- promover a formação acadêmica complementar e a inserção do egresso no mercado de trabalho, por meio de um programa de relação escola-empresas;
- Dinamizar o estágio supervisionado;
- fortalecer a formação empreendedora apoiando a Empresa Júnior;
- implantar o programa “Bolsa de iniciação científica – BIC Junior”;
- incrementar a realização de atividades de extensão, que visam a atualização tecnológica (palestras, seminários, visitas técnicas, mini-cursos, semanas técnicas e tecnológicas entre outros eventos);
- apoiar os programa de atividades culturais, esportivas e artísticas à disposição de todos os alunos promovidas pelo Grêmio Estudantil;
- apoiar e incrementar as atividades de ensino-aprendizagem desenvolvidas pela Cooperativa-Escola;
- melhorar a orientação e acompanhamento dos Projetos de Conclusão de Curso;
- aumentar a produção científica;
- aumentar e diversificar o acervo bibliográfico;
- revitalizar a infra-estrutura acadêmico-administrativa com investimento em laboratórios, bibliotecas, equipamentos audio-visuais e instalações físicas (ver cronograma geral de implantação de metas - apêndice 2.V) e
- incentivar à permanência do discente na Escola através de projetos pedagógicos voltados para o atendimento às especificidades de cada um,
- repor e expandir o quadro de recursos humanos necessários à demanda. Em função das áreas de conhecimento a serem cobertas nos novos Cursos e levando em conta a aposentadoria de docentes (23) e Técnicos Administrativos (17) no período de vigência do PDI, que podem ser conferidos nos apêndice 3.II e apêndice 3.IV, o quadro 3.1 projeta as seguintes necessidades de contratações:

QUADRO 3.1 Previsão de Contratações no Período de Vigência do PDI

	<u>2008</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>
a) Docentes				
Cursos Novos				
- Cursos Superiores de Tecnologia e Curso Técnico de Nível Médio	5	3	7	-
- Cursos Ofertados				
b) Técnicos-Administrativo				
	6	1	3	3

2.5 – Políticas de Extensão

Até a presente data, coube a **Fundação de Apoio à Pesquisa, Ensino e Extensão (FAPE)** a operacionalização das atividades de extensão e à **Coordenação de Difusão da EAFB (CD)**, cujas atribuições referem-se à integração escola-empresa e comunidade, a divulgação e *marketing* da Instituição, sem, no entanto, haver um programa de extensão instituído.

Do ponto de vista de uma precisa análise semântica, o termo “difusão” pode ser um hiperônimo para “difusão de tecnologias”, conjuntamente com “difusão de notícias”, este, sim, sinônimo perfeito para “comunicação social”, ou seja, divulgação, também, mercadológica, da instituição.

Tendo-se, como termo consagrado, nas Instituições de Ensino, a palavra “Extensão” para significar “o esforço de comunicação em mão dupla, da instituição de ensino com o ambiente externo, no que diz respeito à prospecção da demanda tecnológica por parte deste e da oferta e transferência por parte daquela”, serão atualizados o Regimento e a Estrutura Organizacional para englobarem os novos órgãos e as funções, que realizarão as atividades acadêmicas referentes às políticas de Extensão, a saber:

2.5.1 – Coordenação de Extensão Acadêmica

- levantamento da oferta e da demanda de soluções tecnológicas;
- alimentação dos programas de pesquisa;
- transferência de tecnologia rural, industrial e de serviços;
- Interação sistemática com as instituições congêneres de Extensão e Pesquisa;
- difusão tecnológica e cultural.

2.5.2 – Coordenação de Comunicação Social

- acompanhamento da “mídia”;
- divulgação sistemática da Instituição.

2.5.3 – Seção de Controle

No âmbito do Departamento de Administração e Planejamento, sob orientação da CPA – Comissão Própria de Avaliação, com atribuições de:

- a) Padronizar os formulários de coleta de dados setoriais da EAFB;
- b) Propor, discutir e estabelecer as unidades de medida comuns aos diversos setores similares;
- c) Centralizar e exercer a coleta de dados;
- d) Subsidiar a elaboração de relatórios e de prestações de contas de gestão;
- e) Divulgar internamente as análises de dados e os índices comparativos inter-setoriais.

A Seção será provida de pessoal do quadro atual, remanejado, e responderá diretamente, também, à CPA, por meio do Departamento de Administração e Controle.

2.6 – Política de Pesquisa

Também, até à presente data, a Pesquisa na EAFB está sob coordenação de um órgão não-exclusivo, sendo atualmente competência da Coordenação de Produção e Pesquisa, que será desmembrada em **Coordenação de Produção** e **Coordenação de Pesquisa**, atendendo a que esta, no contexto do Ensino Superior, alcançará dimensões administrativas e conceituais ampliadas.

A Pesquisa, na EAFB, estará indissociavelmente ligada ao Ensino e, por interação com a Extensão, às demandas regionais por tecnologias rurais, agroindustriais, industriais e de serviços.

2.7 – Política de Educação Inclusiva

A Instituição prevê para o período vigente do PDI iniciativas que visam atender à Educação Inclusiva, com a implantação de projetos de médio e longo prazos, a saber:

- Fortalecer o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidade Educacionais Especiais (Projeto *Inclusão na EAFB*, em implantação e execução);
- Apoiar a Comissão para Implantação do Programa de Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais TECNEP, em atividade (Portaria no. 119, de 30 de Agosto de 2005/Diretoria Geral);
- Manter o Projeto Novos Caminhos da Cidadania Plena, de Atendimento Artístico, Cultural e Pedagógico à População Prisional do Município;
- Implantar o projeto de Equoterapia;
- Implantar laboratórios de Inclusão Digital e
- Apoiar os projetos de atuação discente para este fim (AGROTEC Jr., Cooperativa Escola).

2.8 – Visão de futuro e reorganização

Em consonância com essas aspirações de mudança (detalhadas na missão, finalidades, metas e políticas), almeja-se a oferta verticalizada do ensino, pela manutenção dos cursos técnicos de níveis médio e subsequente, com continuidade da política de expansão do número de vagas e cursos para esses níveis, e também, para os cursos superiores de tecnologia. A visão de futuro inclui também aspiração que visa à realização das potencialidades regionais.

O Apêndice 2.VI trás a proposta de Estatuto de CEFET Barbacena. Obtida essa transformação de natureza institucional, os diversos setores da EAFB terão suas estruturas e denominações adequadas ao estatuto proposto.

3 – GESTÃO INSTITUCIONAL

3.1 – Organização administrativa, Órgãos Colegiados, competências e atribuições são apresentados no Apêndice 3.I.)

Quanto a sua autonomia em relação à Mantenedora A ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE BARBACENA-MG é Autarquia Federal, pela Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993, vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, nos termos do Art. 2º. do ANEXO I ao Decreto nº. 2.147, de 14 de fevereiro de 1997, no âmbito da Secretaria de Educação Média e Tecnológica.

Em termos da sua capacidade de geração de recursos próprios, via projetos de pesquisa, de desenvolvimento tecnológico e de Extensão, o agressivo programa a ser desenvolvido terá apoio gerencial e institucional do(a):

- Coordenação de Produção;
- Cooperativa Escola;
- Posto de Vendas de Produtos Agroindustriais;
- Coordenação de Extensão;
- Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação;
- FAPE, Fundação de Apoio a Pesquisa, Ensino e Extensão

O Relatório Anual 2005 da FAPE, resumido abaixo no item “Políticas de Extensão”, mostra claramente a diversidade, abrangência e quantidade de formas de atuação extensionística e de pesquisas garantidoras de meio de sustentação financeira.

Quanto às relações e parcerias com a comunidade externa, A EAFB historicamente mantém, e incrementará, canais específicos e amplo processo de interação com a comunidade, por meio do qual presta serviços, conhece e faz-se conhecer, usando sua Estrutura Física, Administrativa e de Recursos Humanos:

- Ginásio Poliesportivo: cessão para torneios locais, realização de torneios escolares estaduais (JIMI's), eventos de caráter não-esportivo (sociais e religiosos);
- Laboratório de Solos para análise físicas e químicas: atendimento a toda a região;
- Posto de Vendas de Produtos Agroindustriais: comercialização dos produtos agroindustriais resultantes das atividade de Ensino prático, largamente procurados pela comunidade local e termômetro da qualidade dessa produção;
- Biblioteca: programas de empréstimos externos e de eventos comunitários de leituras;
- FAPE: instrumento da prestação de serviços tecnológicos e culturais da EAFB junto ao empresariado, à comunidade, às instituições similares e de estado.
- Coordenação de Integração Escola-Comunidade.

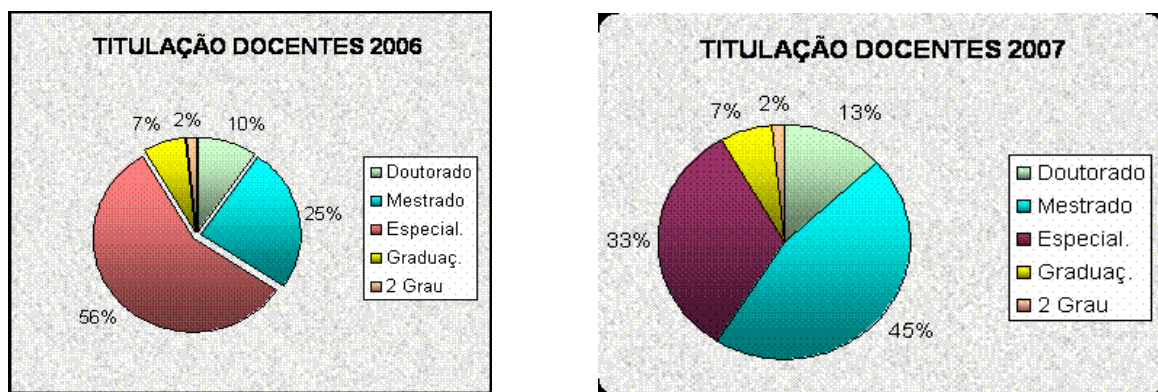
3.2 – Organização e Gestão de Pessoal

3.2.1 – Corpo Docente

a) Composição

A composição do corpo docente, com identificação por nomes, área de formação/atuação e qualificação, encontra-se detalhada nos Apêndices 3.II e 3.III; para os membros do quadro efetivo e do quadro de substitutos, no Apêndice 3.IV – resumidos nos gráficos 3.1 e 3.2, a seguir:

GRÁFICOS 3.1 e 3.2 – Evolução do número de titulação dos docentes no período 2006/2007



Fonte: DDE/EAFB

b) Política de qualificação

Como citado anteriormente, é consenso universal que a educação profissional e tecnológica não pode mais ser concebida como uma preparação exclusiva do aluno para o emprego de carteira assinada, tampouco como uma fundamentação teórica, desvinculada do real e aplicável só ao ideal. Reconhecê-la como trabalho de real inserção do aluno à vida produtiva da nação requer que os docentes nela envolvidos estejam preparados e, sobretudo, capacitados para formarem esse indivíduo ativo, consciente e empreendedor. Somente com a qualificação atualizada dos docentes, muitos dos quais procedem de esquemas de formação tradicional, marcada pela verticalidade das relações educacionais, em que não havia espaço para a interação professor-aluno ativa, será possível dinamizar o processo educacional, tornar o docente um multiplicador de conhecimentos que geram oportunidades e não apenas um inventariante de informações, fazer do aluno um empreendedor social, ou seja, alguém capaz, sobretudo, de empreender, de associar-se para crescer, de produzir não só a própria sustentação, mas também a melhoria da qualidade de vida da comunidade em que está inserido, seguindo princípios de cooperação mútua, de organização participativa, de gerenciamento da sua produção e da de outrem.

O Quadro 3.2 aponta a previsão de capacitações em nível de pós-graduação para o período de vigência do plano.

	2007												2008												2009												2010												2011											
1	Amarílio Augusto de Paula																																																											
2	André Gondim Simão **																																																											
3	André Luiz Martin Araújo																																																											
4	Andréa Paolucci de Paiva																																																											
5	Ângela Maria Galvão Dutra																																																											
6	César Romano Quintão																																																											
7	Cláudio Costa dos Santos **																																																											
8	Deise Machado Ferreira Oliveira **																																																											
9	Dilene Froeder de Oliveira																																																											
10	Diniz Antônio de Oliveira																																																											
11	Eduardo Sales Machado Borges																																																											
12	Elisabeth do Carmo Mendes Casagrande																																																											
13	Elisângela de Paiva Melo																																																											
14	Estephânia Suely Garcia Carvalho																																																											
15	Fernando Martins Costa **																																																											
16	Francisco Agenor Duarte Teixeira																																																											
17	Geraldo Magela Afonso Garcia																																																											
18	Gilma Auxiliadora Santos Gonçalves																																																											
19	Giovana Maria Pereira Assumpção																																																											
20	Grácia Maria Araújo Gomes																																																											
21	Guaraci Gonçalves																																																											
22	Hemerson Alves Faria																																																											
23	Herlon Ayres Camargo																																																											
24	Ilma da Consolação Barbosa																																																											
25	Ítalo Boratto																																																											
26	Jorge Luiz Baumgratz																																																											
27	Jorge Luiz Vieira Cotan																																																											
28	José Alexandrino Filho																																																											
29	José Antônio Resende																																																											
30	José Osvaldo Ribeiro																																																											
31	José Roberto Ribeiro Lima																																																											
32	Josias Teixeira Guimarães																																																											
33	Júlio César Mendes de Souza																																																											
34	Marcelo José Milagres de Almeida																																																											
35	Marcelo Zózimo da Silva																																																											

c) Plano de carreira

O plano de carreira para o corpo docente do “futuro CEFET Barbacena” será aquele definido e regulamentado uniformemente para as IFE’s brasileiras, compreendendo os quadros de:

1. Professores Titulares I e II;
2. Professores Adjuntos I e II;
3. Professores Assistentes I e II;
4. Auxiliares de Ensino,

preservando-se o quadro atual de professores do ensino técnico, segundo diretriz das orientações específicas, para elaboração do PDI, de não redução ou extinção dos cursos médios existente e fundamental.

d) Regime de Trabalho

O regime de trabalho dos docentes efetivos e substitutos está detalhado nos Apêndices 3.III e 3.IV, referentes às respectivas composições.

e) Cronograma e plano de expansão do corpo docente, com titulação e regime de trabalho, detalhando o perfil existente e o pretendido para o período de vigência do PDI.

As informações pertinentes a estes parâmetros podem ser encontradas nos quadros gerais (Quadros 6.1 e 6.2) que informam a evolução orçamentária e a execução financeira da Instituição no período de vigência do PDI. A expansão numérica do Corpo Docente foi estimada (Ver memória de Cálculos) com base nas alocações suplementares de docentes, necessárias aos novos cursos, seja por contratações, parcerias com outras instituições, ou treinamentos para utilização de docentes já pertencentes ao quadro, consideradas novas despesas com salários, diárias e programas de treinamentos.

3.2.2 – Corpo Técnico / Administrativo

a) Composição:

O corpo técnico-administrativo da EAFB, cuja composição nominal é mostrada no Apêndice 3.VI, pode ser assim analisado:

1 – quanto ao grau de escolaridade

Total	< ou = Fundamental	< ou = Médio	< ou = Superior
103	17,3 %	36,7%	46,1%

2 – quanto ao grupo ocupacional

Total	Nível operacional	Nível médio	Nível superior
103	16,50%	70,87%	12,62%

As discrepâncias se explicam por graus de formação superiores aos exigidos pelas atuais funções, o que mostra, favoravelmente ao servidor, sua iniciativa de capacitação e auto-aprimoramento. Pode-se, porém, concluir pela presença de insatisfações com as classificações funcionais atuais e possíveis dificuldades com desvios de funções, de resto problema agudo e comum em todas as instituições públicas de ensino, ambos os fatores a exigirem atenção das Administrações, até mesmo para melhor qualidade do ambiente interno.

A análise das relações entre os parâmetros “aluno-equivalente” por “docente-equivalente” e “técnico administrativo-equivalente” deve levar em conta a característica muito específica de escola técnica agropecuária (Escola-Fazenda), no caso da EAF Barbacena, atipicamente, atende às demandas tanto do meio Rural quanto do Urbano.

3 – quanto a hipóteses de Composição futura:

A política atual de **extinção** (por não reposição) de vagas no serviço público e de **restrições** de contratações torna relevante a preocupação com os futuros afastamentos do serviço (aposentadorias, falecimentos, etc). O Apêndice 3.VI – Tempo de Serviço do Pessoal técnico-Administrativo alerta para a necessidade de preocupar-se com a estratégia de lida com os afastamentos previsíveis.

Combinados, os dados sobre o pessoal técnico administrativo mostram, também, num contexto futuro de demanda por recursos humanos para sustentar a expansão das atividades acadêmicas, que se prevê com a transformação institucional, amplas possibilidades para reclassificação via concursos públicos externos e provável necessidade de contratos de terceirização de serviços, para o que será preciso apenas muito cuidado na gestão desses contratos.

b) Políticas de qualificação/capacitação

As políticas de qualificação dos servidores técnico-administrativos deverão ser adequadas à previsão das novas necessidades trazidas pelo processo de mudança institucional (Ver Apêndice 3.V). É racional que se programe a qualificação dos técnicos no sentido de promover sua competência para substituir docentes em atividades não privativas, com o fim de liberá-los para mais dedicação às salas de aulas, não nova realidade institucional que se programa.

O Plano de capacitação de acordo com a Lei no.11.091/05 está sendo planejado conjuntamente com o Sindicato (SINASEFE).

	2007												2008												2009												2010												2011														

1 Antônio Vicente de Carvalho																																																															
2 Ênio Saviatto Falzoni Júnior																																																															
3 Ítalo Machado Mendes																																																															
4 José Geraldo Milagres																																																															
5 Marcelo Garcez																																																															
6 Márcio Geraldo Arvelos																																																															
7 Maria Antônia da Costa Viana																																																															
8 Maria Aparecida Garcia Pinheiro Goulart																																																															
9 Marinho Bortolucci																																																															
10 Norma Dionéia Salgado Araújo																																																															
11 Rita de Cássia C. C. Tanus																																																															
12 Rosângela da Silva																																																															
13 Shinji Suzuki																																																															
14 Viviane Caldeira Resende																																																															
15 Valéria Bergamini Leite																																																															

ESPECIALIZAÇÃO
 MESTRADO
 DOUTORADO

QUADRO 3.3 – Previsão de capacitações em nível de pós-graduação 2007- 2011

c) Plano de carreira e/ou cargos e salários

Vige o plano comum às instituições de Ensino público.

d) Cronograma de expansão

O plano de expansão prevista para o corpo técnico administrativo pode ser deduzido dos quadros 6.2 e 6.3, na forma dos custos previstos com a mão-de-obra ativa.

3.2.3 - Políticas de Atendimento aos discentes

Em complementaridade à política de acesso dos estudantes às vagas oferecidas (Ver item 3.6.1, à frente), a política de atendimento aos discentes na EAFB compreende:

a) Assistência e Acompanhamento ao Educando, a cujas Coordenadorias compete planejar, orientar, acompanhar, supervisionar e avaliar atividades relativas a vida escolar do Aluno:

- observância e cumprimento de normas, orientações e procedimentos;
- normas de convívio nos Alojamentos, salas de aulas e espaços comuns.

b) Supervisão pedagógica

- articulação com as associações estudantis;
- articulação com a Cooperativa-Escola, como espaço privilegiado de aprendizagem.

c) Alimentação e Nutrição, a cuja Seção específica compete zelar pela qualidade dos Serviços da copa, cozinha e refeitório na forma das normas vigentes;

d) Estágio Supervisionado e Monitoria, para complementação da educação técnica, reforço de ensino e oportunidades de trabalho de discentes.

3.2.3.1 – Formas de acesso, programas de apoio pedagógico e financeiro (bolsas)

São formas de acesso à EAFB, objetos de normas próprias:

- a) Exames de seleção e vestibulares, por Editais Específicos, na forma das normas vigentes;
- b) processos de transferência;
- c) adaptação de Estudos e Experiências;
- d) avaliação e recuperação de Aprendizagem;
- e) reservas de vagas para alunos, provenientes de escolas públicas, na forma da lei.

3.2.3.2 – Políticas de atendimentos a pessoas com necessidades educativas especiais

Em consonância com as modernas demandas por inclusão, a Coordenadoria de Integração Escola Comunidade – CIEC, da EAFB, implantou e aperfeiçoará o **Projeto Inclusão na EAF Barbacena / MG**, com as seguintes ações, a serem continuadas no tempo:

- a) conscientização interna: treinandos - servidores administrativos; professores; servidores terceirizados; alunos;
- b) desenvolvimento de projetos inclusivos, pelos treinandos;
- c) adoção, divulgação e execução das políticas de inclusão e de educação para todos;
- d) adaptação progressiva da infra-estrutura física e acadêmica.

3.2.3.3 – Organização estudantil (espaço para participação e convivência estudantil)

A organização estudantil, na EAFB, recebe a atenção pedagógica, devida pela Instituição, à sua dimensão educativa, política e social, sem prejuízo da autonomia de seus órgãos e em respeito a sua capacidade de formar lideranças.

Enquadram-se na categoria de associações estudantis, também sem prejuízo de suas outras características e objetivos, especialmente, no âmbito político, o **Grêmio Estudantil** e, em seus âmbitos e especificidades, por seu potencial de promover identificação e orgulho com a profissão, a **Cooperativa Agrícola** e a **Agrotec Jr. Consultoria** e as congêneres a serem criadas em outros cursos.

Na dimensão de esporte, lazer e manifestações culturais, a franquia dos amplos espaços cobertos e ao ar livre supre o apoio às atividades dessa natureza.

3.2.3.4 – Acompanhamento de egressos

O acompanhamento de egressos é realizado por meio de um programa que inclui o cadastramento sistemático com informações sobre continuidade de estudos, inserção profissional no mercado de trabalho e outras informações de caráter pessoal. O sistema de acompanhamento de egressos objetiva:

- realizar o encaminhamento do egresso aos postos de trabalho, a partir de solicitações das empresas;
- promover a avaliação e a retro-alimentação dos currículos, com base em informações fornecidas pelos ex-alunos sobre as suas dificuldades e facilidades encontradas no mundo do trabalho;
- organizar cursos de atualização que atendam aos interesses e necessidades dos egressos em articulação com as atividades de extensão.

De três em três anos, é realizado o **Encontro de Egressos**, que proporciona um momento de confraternização e facilita a atualização dos dados cadastrais e a obtenção de informações para reavaliação/atualização dos conteúdos oferecidos pela Escola.

4 – ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

4.1 – Organização Didático-Pedagógica

4.1.1 – Perfil sociométrico dos discentes

Segundo informações do Relatório/2005 do Sistema de Informações Gerenciais do MEC, organizadas no Quadro 4.1, o perfil Sociométrico dos discentes da EAFB (quantidade de discentes por) é o seguinte:

QUADRO 4.1 – Perfil Sociométrico dos Discentes

Etnia

<u>Amarela</u>	<u>Indígena</u>	<u>Negra</u>	<u>Branca</u>	<u>Parda</u>
8	0	31	218	81

Faixa de Renda Familiar per capita (SM)

<u>0,5</u>	<u>0,5 a 1,0</u>	<u>1,0 a 1,5</u>	<u>1,5 a 2,5</u>	<u>2,5 a 3,0</u>	<u>>3,0</u>
10	21	44	79	64	124

Gênero

<u>Feminino</u>	<u>Masculino</u>
140	202

Faixa Etária (anos)

<u>Até 14</u>	<u>15/17</u>	<u>18/19</u>	<u>20/24</u>	<u>25/29</u>	<u>30/39</u>	<u>40/49</u>	<u>>50</u>
22	22	96	14	57	10	82	0

Procedência Domiciliar

<u>Urbana</u>	<u>Rural</u>
297	45

Procedência Escolar

<u>Pública</u>	<u>Privada</u>
297	45

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais MEC/2005

4.1.2 – Perfil do egresso

O perfil do egresso, a saber: Do Técnico em Agricultura, do Técnico em Agropecuária, do Técnico em Agroindústria, do Técnico em Zootecnia, do Técnico em Paisagismo, do Técnico em Gestão de negócios, do Técnico em Informática, do Técnico em Ecologia e Meio Ambiente, do Técnico em Enfermagem, do Técnico em Nutrição e Dietética, do Técnico em Segurança do Trabalho, do Técnico em Turismo e Hospitalidade e do Técnico em Higiene Dentária, poderá ser conferido no Apêndices 4.I.

Também poderá ser conferidos nos Apêndices 4.II e 4.III, o Sistema de avaliação para os cursos Técnicos e Médio.

4.1.3 – Processos, princípios e práticas pedagógicas

Para os níveis de excelência a que a Escola se propõe – e que alcança – sobejamente reconhecidos pela ampla aceitação de seu profissionais, concorrem, sem dúvida, o tradicional cuidado na seleção e atualização de conteúdos, o rigor dos princípios metodológicos, a sistematicidade dos processos de avaliação e as práticas pedagógicas sempre renovadas, sem as

quais os egressos de seus cursos eminentemente profissionalizantes não corresponderiam, como de fato correspondem, às necessidades do mercado de trabalho. Para tanto, concorrem, eficazmente, a política de estágios, prática profissional e atividades complementares, a cargo da Coordenadoria de Integração Escola-Comunidade – CIEC.

4.1.4 – Políticas de educação inclusiva (Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais)

Conforme já relatado nos itens “Relações e Parecerias com a Comunidade Externa” e “Políticas de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educativas Especiais”, a EAFB há muito despertou para as novas demandas sociais, no que se referem ao segmento PNNE. Não só seus novos prédios e instalações são projetados com vistas ao acesso franco dos representantes desse segmento e adaptações já são estudadas para os prédios históricos, como já há um programa de capacitação do público interno para a recepção e modo de lidar adequados a suas peculiaridades e necessidades.

4.2 – Oferta de Cursos e Programas (Presenciais e à Distância)

O Quadro 4.2. resume o desenvolvimento dos Cursos Técnicos e do Curso Superior da EAFB no período compreendido entre 1998 a 2006.

QUADRO 4.2. – Evolução da Oferta de Cursos Técnicos e Curso Superior da EAFB

EVOLUÇÃO DOS CURSOS AO LONGO DE 9 ANOS				
1998	1999	2000	2001	2002 a 2006
Ensino Médio	Ensino Médio	Ensino Médio	Ensino Médio	Ensino Médio
Téc. Proc. /Dados	Téc. Proc. /Dados			
Téc. Agropecuária	Téc. Agropecuária	Tec.Agropecuária		
Téc. Ec Doméstica				Técnico Agropecuária integrado ao Ensino Médio
Téc. Nutrição	Téc. Nutrição	Téc. Nutrição	Téc. Nutrição	Téc. Nutrição
		Téc.Informática	Tec. Informática	Téc. Informática
		Téc.Seg.Trabalho	Téc.Seg.Trabalho	Téc.Seg.Trabalho
		Tec. Agroindústria	Tec. Agroindústria	Tec. Agroindústria
			Tec.Agricultura	Tec.Agricultura
			Tec.Zootecnia	Tec.Zootecnia
			Tec.Floricultura	Tec.Floricultura
			Tec. Paisagismo	Tec. Paisagismo
			Tec.Enfermagem	Tec.Enfermagem
				Tec.Turismo
				Tec. Gestão
				Tec. Ecologia
				PROEJA
				Implantado em 2006
				Curso Superior Tecnólogo em Desenvolvimento de Sistemas Distribuídos (Informática)
				Implantado em 2006

Fonte: DDE / EAFB

4.2.1 – Previsão da oferta de cursos e de matrículas para os níveis médio, graduação e pós-graduação lato-sensu

Com a mudança institucional e expansão, projeta-se para os cinco anos entre 2007 e 2011 o seguinte Quadro de oferta de novos cursos:

QUADRO 4.3 – Previsão da oferta de novos cursos no período 2007- 2011

Cursos	Duração (anos)	Período	Ano de Implant. / Matrículas/Turmas				
			<u>2007</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>
a) Curso Superior de Tecnologia							
Gestão Ambiental	(3)	Diurno	30	60	90	90	90
Gestão de Turismo	(3)	Noturno		30	60	90	90
Gestão de Alimentos	(3)	Diurno			30	60	90
TOTAL DE NOVOS ALUNOS			30	90	180	240	270
b) Nível Pós-Médio							
Técnico em Química	(2)	Noturno	30	60	60	60	60
TOTAL GERAL DOS NOVOS ALUNOS			60	150	240	300	330

Obs. A justificativa da inclusão desses novos cursos, bem como aos demais já vem sendo oferecidos, justifica-se pela demanda regional reprimida aliada às finalidades, metas e vocação desta Instituição Educacional Pública. (ver item 2.3)

4.2.2 – CURSO SUPERIOR TECNÓLOGO EM DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DISTRIBUÍDOS (INFORMÁTICA)

O Curso Superior Tecnólogo em Desenvolvimento de Sistemas Distribuídos (Área Profissional: Informática)¹ foi criado e autorizado pela Portaria MEC nº 167, de 19 de janeiro de 2005, publicada no Diário Oficial da União nº 14, de 20 de janeiro de 2005 – Seção 1.

A carga horária total do curso corresponde a 2500 (duas mil e quinhentas horas), a serem integralizadas num prazo mínimo de 06 (seis) períodos semestrais e num máximo de 10 (dez) períodos semestrais.

São oferecidas 30 (trinta) vagas a cada ano e há uma entrada anual, no 1º semestre letivo, para preencher as vagas ofertadas, sendo o regime de matrícula por seriado e a periodicidade letiva semestral.

A 1ª turma do Curso Superior Tecnólogo em Desenvolvimento de Sistemas Distribuídos iniciou-se, com 30 (trinta) alunos em fevereiro de 2006.

A finalidade do curso é preparar o profissional egresso para lidar com os mais diversos sistemas de informação, desenvolvendo suas atividades num mercado de trabalho em constante crescimento.

4.2.3 – PROEJA

Iniciou-se em fevereiro de 2006, em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barbacena, o ensino de jovens e adultos nas modalidades de ensino médio integrado à Agricultura

¹ O aditamento do “Curso Superior de Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas Distribuídos” no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia já está sendo providenciado junto ao pesquisados ao pesquisador profissional (PI).

Familiar Orgânica, com duração de dois anos. O Curso ofereceu 45 vagas, funcionando no turno da noite para o ensino médio e aos sábados para o ensino técnico. O desempenho para o ensino médio pode ser acompanhado no Quadro 4.4.

QUADRO 4.4 – Desempenho do Ensino na EAFB (2005 – 2006)

Cursos	2005				2006
	Mat..	Dip..	Início	Res..	Mat
Ensino Médio	303	61	90	0	90
Técnico em Agricultura	109	49	50	30	60
Técnico em Agroindústria	50	14	25	0	75
Técnico em Agropecuária	60	0	60	30	60
Téc. em Ecologia e Meio Ambiente	83	36	47	0	90
Técnico em Enfermagem	62	22	30	0	90
Técnico em Floricultura	-	-	-	-	-
Técnico em Gestão de Negócios	98	21	60	0	90
Técnico em Informática	129	24	75	0	90
Técnico em Nutrição e Dietética	77	19	30	0	90
Técnico em Paisagismo	24	15		0	50
Técnico em Segurança do Trabalho	64	25	3	0	90
Téc. em Turismo e Hospitalidade	89	21	53	0	90
Técnico em Zootecnia	187	54	50	18	60
Ensino Médio Integrado ao Agropecuária	-	-	-	-	80
PROEJA/Agricultura Familiar Orgânica	-	-	-	-	30
Curso Superior de Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas Distribuídos ²	-	-	-	-	30
TOTAL	1335	361	600	78	1165

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais MEC/2005

4.3 – Programas de Extensão

A atuação da Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino, se, por um lado, não compreende doutrinariamente toda a dimensão dessas atividades, por outro lado retrata, no conjunto de eventos que gerencia, a variedade e quantidade das ações acadêmicas. Além disso, essas atividades significam real possibilidade de geração de receita própria que poderá ser canalizada para a aquisição de materiais e equipamentos diversos para uso da Instituição. O Quadro 4.5 mostra o desempenho da Extensão da EAFB no período 2005, e aponta para seu potencial de crescimento:

² Vide nota 1

QUADRO 4.5 – Ações da FAPE e seu potencial dinamizador da Extensão

Parceria/ Convênio	Atividade		Especificação
	Tipo	Nº	
SENAR	Cursos	31	Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas em 16 municípios Mineiros
		18	Cursos de Artesanato, Pintura em Tecidos ,Tapeçaria e Vestuário em 11 municípios Mineiros
		9	Produção Caseira de Alimentos e Conservas em 7 municípios mineiros
		21	Curso de Floricultura, Jardinagem e Cultivo de Plantas Ornamentais em 10 municípios mineiros.
SEBRAE	Projetos	1	APL do Café Especial Serras de Minas
		5	Projetos de Licenciamento Ambiental de Alambique
	Programas	1	Proj. Boas Práticas de Fabricação - Programa Alimentos Seguros
		Assessoria/ Consultoria	6
	Estudo de Viabilidade de Implantação de Biscoito Pimentinha.		
	Estudo de Viabilidade de Implantação de Amendoim Torrado I e II etapas		
	Estudo de Viabilidade e Desenvolvimento de Software de Gestão de Editais		
	Estudo de Viabilidade do Projeto GEOR do Setor Gráfico de Barbacena		
	Estudo de Viabilidade e Desenvolvimento de uma nova Micro Região dos Floricultores de Barbacena		
	Assessoria/ Consultoria	4	Consultoria e Diag. do Setor de Floricultura de Barbacena
			Consultoria p/ Artesãos de Barbacena e Confecção de Projeto de Reutilização do Pontilhão Pedro II
			Reestruturação da Empresa de Confecções Santa Edwirges
			III Clínica Tecnológica da Cachaça – Bom Despacho
	Eventos	4	Semana de Orientação Empresarial
Seminário de Capacitação dos Policiais Militares			
Seminário Segredos para Motivação no Trabalho e Vida Pessoal			
Capacitação Técnica de Artesãos - Projeto Trilha dos Inconfidentes			
Participação com Stand no Evento FIA FLORA em Brasília			
IEL – (Ins Evaldo Lodi)	Assessoria	3	Estudo de Implantação de Núcleos Setoriais no Arranjo Produtivo.- Formiga, Etapas III, IV, V, VI
PMB	Projetos	1	Proj. Social da Melhoria da Qual. de Vida da Com. Esc. "Tony Marcos de Andrade
	Eventos		Esportes: Etapa Rio Branco no JEMG I e II Etapas do JIMI
Instituto Santa Apolônia	Cursos	7	Curso Técnico de Enfermagem - São João Del Rei
			Curso Técnico de Higiene Dentária – Barbacena
			Curso de Informática Básica
			Curso de Auxiliar de Cirurgia Dentista – 4 municípios
	Assessoria		Inspetoria São João Bosco
Col. São José	Cursos	2	Curso Técnico em Química – Barbacena e Barroso
FHEMIG		1	Curso de Treinamento e Capacitação de Pessoal em Informática Básica
Assoc. Família de Maria	Consultoria Visitas mensais	4	
Nogueira Rivelli Irmãos Ltda	Curso		Curso de Informática Básica

Continua

Continua

SEDESE (Séc. de Es. de Des. Social e Esp)	Curso	1	Curso de Qualificação Social e Profissional – PLANTEQ
Representante Cruz Vermelha			Curso de Cap. Avançada em Urgência e Emergência na Área Pré-Hospitalar -Barbacena
Obras Passionistas São Paulo da Cruz	Cursos	1	Curso de Informática Básica
		1	Curso de Corte e Costura
UNESCO	Projetos		Implantação e Des. de 09 Pólos Permanentes de Edu. no Estado de MG
EAFB	Cursos	4	<ul style="list-style-type: none"> • PHP; • MySQL Básico e Avançado; • Web Design; Linguagem de Programação Delphi 6 com BD Cliente/Servidor.
FAPE EAFB	Prestação de serviços	152 aten.	Informática – 8 prefeituras, 1 Câmara Municipal, 3 Escolas e 2 Instituições.
FAPE e EAFB Fac.Integ. de Jacarepagua	Curso		Educação à distância
Fund. Vitae de Apoio a Cult. Edu. e Prom. Social			Intervenção Gestora no Proj. de Aperf. da Formação Profissional e Implantação de Laboratórios de Redes de Informática

Fonte: Relatório FAPE/2005 adaptado pela equipe de elaboração do PDI

4.4 – Programas de Pesquisa

Consentânea com aspiração de mudança institucional e crescente capacitação no corpo docente em nível de pós-graduação, a Escola está-se preparando para institucionalizar Programas de Pesquisa voltados para as necessidades locais e regionais.

O quadro 4.4.1 a seguir identifica as principais atividades na área da pesquisa desnvidas na EAF-Barbacena/MG em 2005-2006

Número	Docente	Linhas de pesquisas Temáticas	Início	Alunos envolvidos
1	Prof. Mestre Paulo Octávio Lima Araújo	Manejo ambiental e estudos de impactos ambientais	2005	06
2	Prof. D.S. Robson Helen da Silva	Nutrição e alimentação animal ruminantes		05
3	Prof. M.S. Herlon Ayres Camargo e Prof. Josias Teixeira Guimarães	Desenvolvimento de software livre	2006	04
4	Prof. Especialista Giovana Maria Pereira Assumpção	Avaliação de adição de diferentes concentrações de extrato de soja ao iogurte de leite de vaca	2006	05
5	Prof. D.S Marcelo José Milagres	Nutrição de monogástricos	2006	05
6	Prof. M.S. José Antônio Resende Prof. Jorge Luiz Baungratz	Em parceria com a EMBRAPA Teste de Progênie e melhoramento genético da raça Gir leiteiro	2006 Duração 5 anos	Alunos do Curso Téc. em Agropecuária e futuros alunos dos cursos previstos na área

4.4.1 – Produção Acadêmica, Tecnológica e Cultural

A EAFB já conta com docentes pós-graduados em nível de Especialização, Mestrado e Doutorado e já iniciou seu acervo de produção acadêmica, como se pode resumir no Quadro 4.6.

QUADRO 4.6 – Acervo de produção acadêmica da EAFB existente na Biblioteca

PRODUÇÃO ACADÊMICA DA ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE BARBACENA EM	
Teses e Dissertações	1
Monografias	20
Livros	2
Artigos	21
Patentes	-
Produções culturais	-

4.5 – Programas de formação inicial e continuada de trabalhadores

A Instituição tem participado da formação inicial e continuada de trabalhadores em parceria com a FAPE e o Fundo de Amparo ao trabalhador.

5 – INFRA-ESTRUTURA

5.1 – Infra-estrutura física

O relatório da Infra-estrutura aponta uma área total da EAFB de 4.561.300,000 m², sendo que a área total construída é de 27.079,80 m². No Quadro 5.1 está sistematizada toda a infra-estrutura física da EAFB.

QUADRO 5.1 – Infra-estrutura física

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL								
Sala de aula – Área (m²)								
Prédio Sede	Núcleo de Agricultura	Núcleo de Zootecnia	Avicultura	Suinocultura	Prédio de Informática	FAPE		
	520,46	122,74	560,00	685,00	178,20	518,58		
Prédio Administrativo: dois pavimentos – Área (m²) e/ou quantidade								
Recursos Humanos	Arquivo Morto	Patrimônios	Sala Diret. Adm./Plane	Secret. DAP	Licitações	Setor de Finan/Orçam	Audit. Interna	Banheiros sanitários N ^o
175,25	83,25	43,364	21,3928	21,70	66,88	53,868	12,72	2
Prédio Departamento de Ensino – Área (m²)								
Diretor Dep. Ensino	Sala Diretor DDE	Secret. Escolar	Super.. Pedagóg	Portaria	Coord. Integ. Esc/ Comun.	Sala de Coordenadores	Gabinete Diretor Geral	Sala dos profes.
16,00	14,40	100,00	64,00	48,00	52,00	19,20	48,00	49,59
Prédio de Informática (Curso Superior) - Área (m²) e/ou Quantidade								
Prédio de Informática	Laboratórios	Salas de aula	Secretaria	Sala de professores	Lanchonete	Sala de Provedor	Banheiros Sanitários (N ^o)	
1.160,56	409,30	178,20	33,00	70,80	10,58	33,00	4	
Área Lazer– Área (m²)								
Ginásio Poliesportivo		Piscina Olímpica (obra andamento)		Grêmio		Quadra de Esportes Descoberta		Cantina
1819,67		952,07		125,632		1836,16		36,80
Auditórios								
Miniauditório		Anfiteatro			Coordenadoria de Atendimento ao Educando		Museu	
205,18		282,24			32,00		232,48	
Núcleo de Industrialização Rural – Área (m²)								
Centro de Processamento de Carnes					331,25			
Núcleo de Industrialização Rurais					818,70			
Almoxarifado – Área (m²)					404,00			
Alojamento – Área (m²)					1.727,30			
Bibliotecas – Área (m²)								
-					194,97			
- Nova biblioteca – dois pavimentos (em construção)					600,00 m ²			

Continua

Continua

Centro de Treinamento– Área (m²)	269,96
Oficina de Ferro e Madeira– Área (m²)	255,00
Mecanização Agrícola– Área (m²)	306,52
Lavanderia– Área (m²)	171,00
Laticínios– Área (m²)	200,00
Posto de Vendas– Área (m²)	124,92
Refeitório, Padaria, Dispensa e Cozinha Experimental (Dois pavimentos)	955,77
Sector Odontológico/ Sector de Enfermagem	337,41
Prédios Residenciais	
Prédios Residenciais PNR-40	276,00
Prédios Residenciais PNR-41	75,00
Prédios Residenciais PNR-42	132,00
Prédios Residenciais PNR-43	145,50
Prédios Residenciais PNR-45	119,75
Prédios Residenciais PNR-46	153,94
Prédios Residenciais PNR-47	127,54
Prédios Residenciais PNR-48	59,03
Prédios Residenciais PNR-49	55,19
Prédios Residenciais PNR 50	116,22
Prédios Residenciais PNR-51	97,37
Prédios Residenciais PNR-53	35,26
Prédios Residenciais PNR-54	35,26
Prédios Residenciais PNR-55	63,20
Prédios Residenciais PNR-56	75,62
Prédios Residenciais PNR-57	52,63
Prédios Residenciais PNR-58	52,98
Prédios Residenciais PNR-62	65,16
Prédios Residenciais PNR-63	107,36
Prédios Residenciais PNR-76	53,32
Prédios Residenciais PNR-91	77,32
Prédios Residenciais PNR-97	121,00
Núcleo de Agricultura	
Prédio Escritório	139,05
Depósito de Ferramentas	19,25
Sala de professores	55,945
Núcleo de Zootecnia	
Sala Professores	16,00
Sala Veterinário	9,80
Escritório Núcleo de Zootecnia	12,00
Esc. Coordenadoria Geral de Prod. e Pesquisa (CGPP)	11,20
Banheiros Sanitarios	4
Estábulo	491,97
Creche para bezerros	102,90
Estrumeira	53,29

Continua

Continua

Salas de Aula núcleo de zootecnia	122,74
Fábrica de ração	162,50
Setor de Piscicultura	181,50
Setor de Avicultura	919,18
Sala de Aula avicultura	24,00
Paioi	63,00
Engenho de Serra	117,00
Setor de Suinocultura	1082,37
Setor de Transporte / Garagem	515,11
Guarita com cancelas	18,73
Estação Meteorológica	
Laboratórios	
Laboratório de Solos	241,50
Nutrição	86,45
Biologia	60,00
Química	100,00
Laboratório de Apicultura	27,60
Laboratório de Piscicultura	101,60
Física	60,00

5.2 – Infra-estrutura Acadêmica

Os Recursos Áudio Visuais e o acervo bibliográfico que constituem a Infra-estrutura Acadêmica estão no Quadro 5.2 e Quadro 5.3.

QUADRO 5.2 – Infra-estrutura Acadêmica: Recursos Áudio Visuais

Recursos Áudio Visuais					
	2006	2007	2008	2009	2010
Equipamento					
Retroprojeter	24				
Episcópio	01				
Projeter de Multimídia	08				
Projeter de Slides	06				
Televisão	17				
Videocassete	13				
DVD	02				
Câmera Fotográfica Digital	02				
Microcomputador	143				

QUADRO 5.3 – Infra-estrutura Acadêmica: Acervo Bibliográfico

Acervo bibliográfico	
Administração	264
Administração Agrícola	30
Agricultura	530
Agropecuária	322
Administração	78
Biologia	121
Botânica	169
Ciências	209
Construção Rural	12
Contabilidade	33
Cooperativismo	34
Direito	26
Economia	40
Educação	210
Educação Artística	195
Educação Física / Esportes	65
Engenharia / Topografia	68
Estatística	42
Filosofia	59
Física	270
Geografia	198
História	494
Informática	267
Literatura	2069
Matemática	256
Meio Ambiente	88
Metodologia	11
Microbiologia	20
Nutrição	179
Obras de referência (dicionários/enciclopédias)	556
Política	54
Português	383
Profissionalismo	11
Psicologia	130
Química	210
Religião	82
Saúde	215
Segurança do Trabalho	33
Sociologia	211
Turismo	70

5.3 – Adequação da infra-estrutura para atendimento a pessoas com necessidades educacionais especiais

As novas construções vêm sendo planejadas e executadas considerando essa adequação; as instalações a serem reincorporadas ao fim do contrato de comodato com a UNIPAC já as contemplam; dependem de recursos financeiros específicos as adequações a serem realizadas nos prédios históricos, igualmente à adequação da infra-estrutura acadêmica, em equipamentos e bibliografia.

5.4 – Estratégias e meios de comunicação interna e externa

O processo de elaboração deste plano foi usado como estratégia de:

- Aproximação entre as diversas áreas e unidades da Instituição ;
- implantação da cultura de reuniões de trabalho;

- criação do hábito de abordagem multidisciplinar dos problemas;
- avaliação, diagnóstico e planejamento participativos.

A criação da Coordenadoria de Comunicação Social e do boletim informativo contribuirá para a disseminação interna e externa de informações institucionais.

5.5 – Cronograma de expansão da infra-estrutura para o período de vigência do PDI

Em vista da expectativa de reincorporação da área ora em comodato, as necessidades de espaço físico para a expansão estarão satisfeitas, não sendo racional prever novas instalações, no curto prazo.

5.6 – Grau de atendimento das instalações aos requisitos de dimensão para o número de usuários, acústica, iluminação, ventilação, mobiliário, limpeza.

As salas de aulas e demais dependências de uso acadêmico, nos prédios históricos, são amplas, claras, de grandes janelas e extenso pé-direito, garantindo luminosidade, ventilação e conforto térmico. Nos prédios novos os modernos critérios de construção de salas de aulas e laboratórios foram obedecidos, o mesmo sendo observado nos projetos concluídos da nova Biblioteca e novo Ginásio Poliesportivo.

6 – ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

Este item apresenta a demonstração de sustentabilidade financeira da EAFB, incluindo os programas de expansão previstos no PDI, bem como o planejamento financeiro, orçamentário e de investimentos, que podem ser conferidos no Quadro 6.1, 6.2 e 6.3.

6.1 – Estratégia de gestão econômico-financeira

O orçamento da EAFB é distribuído segundo os critérios estabelecidos pelo MEC, ou seja, pelos indicadores da oferta educacional da Instituição, atendendo às despesas com pessoal, manutenções de instalações e bens móveis e imóveis.

São também fontes legais de arrecadação as doações recebidas, as remunerações de serviços prestados a terceiros, as taxas escolares, os resultados de operações de crédito junto ao sistema financeiro, alienações de bens e outros ingressos. A partir da reorganização programada e também da mudança institucional despontam os potenciais de ingressos financeiros das atividades de Extensão e de Pesquisas com a interveniência da FAPE.

6.2 – Previsão orçamentária e cronograma de execução (5 anos)

As estimativas foram feitas com base na evolução do orçamento da EAFB no período anterior de cinco anos, mais as demandas levantadas para cada ano de vigência do PDI, considerando a implantação de todas as mudanças programadas. Planilhas foram calculadas para cada Curso programado, apresentando a demanda de alocações de docentes e de pessoal técnico-administrativo, equipamentos, livros e demais despesas inerentes, agregadas e totalizadas no quadro 6.2.

Foi calculado o custo de cada servidor docente e técnico-administrativo, inclusive o custo previdenciário, agregando-se os custos das alocações previstas em função dos novos cursos à evolução dos custos atuais sem essa expansão.

QUADRO 6.1 – Evolução do Orçamento anual da EAF – Barbacena – MG

EXERCÍCIO	2002	2003	2004	2005	2006
Recursos do tesouro nacional	11.940.102	13.399.673	14.390.183	15.681.127	17.244.834
Recursos diretamente arrecadados	204.729	187.331	259.557	281.724	362.782
Recursos de convênios (fonte pública)	278.809	104.808	171.448	604.654	0
Total	12.423.640	13.691.812	14.821.188	16.567.505	17.607.616
Pessoal	10.433.480	11.891.412	12.571.892	13.466.998	14.590.919
Manutenção	1.600.560	1.497.317	1.864.160	2.381.010	2.583.681
Investimentos	389.600	303.083	385.136	739.497	433.016
Total	12.423.640	13.691.812	14.821.188	16.587.505	17.607.616

Fonte: SIAFI 2002 a 2006

QUADRO 6.2 - Planejamento financeiro e orçamentário e de investimentos

Natureza de Despesas	2007	2008	2009	2010	2011
PESSOAL	16.387.492	18.854.936	21.208.989	23.429.366	26.942.696
Pessoal Ativo	7.656.126	9.250.433	10.644.036	11.807.918	14.159.103
Pessoal Inativo	8.731.366	9.604.503	10.564.953	11.621.448	12.783.593
BENEFÍCIOS	359.877	509.745	585.787	618.115	801.694
Aux.Alimentação	286.827	406.614	467.448	493.310	640.173
Aux.Transporte	28.194	40.123	46.207	48.793	63.480
Aux.Creche	44.856	63.008	72.132	76.012	98.041
CUSTEIO	2.073.582	2.313.940	2.545.334	2.799.868	3.079.854
Acervo Bibliográfico	25.000	37.100	51.370	64.955	89.106
Manutenção da Instituição	2.103.582	2.243.840	2.457.664	2.694.983	2.946.825
Melhorias das instalações	30.000	33.000	36.300	39.930	43.923
CAPITAL	400.000	791.916	523.938	865.806	502.578
Aquisição de Material Permanente	150.000	513.916	521.838	687.705	495.816
Expansão/Reforma das Instalações	250.000	279.000	32.100	178.100	36.762
RECURSOS ARRECADADOS	355.869	391.456	430.601	473.662	521.028
Custeio de Manutenção da Instituição	245.869	270.456	297.501	327.252	359.977
Custeio das melhorias das instalações	20.000	22.000	24.200	26.620	29.282
Assistência ao Aluno	90.000	99.000	108.900	119.790	131.769
TOTAL	19.606.820	22.861.992	25.324.649	28.186.816	31.877.850

O planejamento econômico e financeiro prevê, portanto, também recursos demandados pela inclusão dos novos cursos superiores, em número de 5, como pode ser observado no item 2 deste documento. O Quadro 6.3 detalha a previsão orçamentária com a inclusão desses novos cursos.

QUADRO 6.3 – Planejamento econômico e financeiro na inserção dos novos cursos na EAFB

RECURSOS HUMANOS					
DESPESAS COM PESSOAL	2007	2008	2009	2010	2011
- DOCENTES: NR 15	0	756.107	1.330.749	1.463.824	2.817.860
- ADMINISTRATIVOS: NR 13	0	186.466	239.299	376.041	537.738
	0	942.574	1.570.047	1.839.864	3.355.598
INVESTIMENTO					
ITENS / EXERCÍCIOS	2007	2008	2009	2010	2011
Aquisição de livros	0	9.600	21.120	31.680	52.800
Aquisição de manuais	0	0	0	0	0
Sub total	0	9.600	21.120	31.680	52.800
Equipamentos audio-visuais	0	2.250	3.025	5.578	6.801
Equipamentos informática	0	9.000	15.000	7.260	7.986
Equipamentos laboratório	0	400.000	400.000	565.000	365.000
Equipamentos diversos	0	100.000	100.000	103.300	106.800
Mobiliário	0	2.666	3.813	6.567	9.229
Sub total	0	513.916	521.838	687.705	495.816
Novas construções	0	250.000	0	150.000	0
Reformas	0	20.000	0	20.000	0
Outros	0	8.000	0	4.000	0
Sub total	0	278.000	0	174.000	0
Investimentos diversos	0	1.000	2.100	4.100	6.762
TOTAL	0	801.516	542.958	893.385	548.616
ENSINO/PESQUISA/EXTENÇÃO					
ITENS / EXERCÍCIOS	2007	2008	2009	2010	2011
Material de Consumo	0	12.400	17.640	31.804	43.552
Programas de computadores	0	7.500	20.750	32.825	34.402
Assinatura de Periódicos	0	1.000	2.200	3.300	5.500
Acesso a Internet	0	200	440	660	1.100

Videos / Slides / fotos	0	120	264	396	660
Outros	0	2.400	5.280	7.920	13.200
Sub total	0	23.620	46.574	76.905	98.414
CAPACITAÇÃO					
ITENS / EXERCÍCIOS	2007	2008	2009	2010	2011
Capacitação docentes	0	1.200	3.960	5.280	6.600
DIÁRIAS E PASSAGENS					
ITENS / EXERCÍCIOS	2007	2008	2009	2010	2011
Diárias	0	2.340	5.148	7.722	12.870
Passagens	0	4.460	9.812	14.718	24.530
Sub total	0	6.800	14.960	22.440	37.400
DESPESAS DIVERSAS					
ITENS / EXERCÍCIOS	2.007	2.008	2.009	2.010	2.011
Rareio aluguéis	0	0	0	0	0
Rareio água	0	1.066	2.346	3.870	7.095
Rateio energia elétrica	0	11.661	25.654	42.330	77.605
Rateio Telefone	0	3.906	8.594	14.178	25.995
Rateio Vigilância	0	16.320	35.904	59.241	108.610
Rateio cópias reprogr.	0	480	1.056	1.743	3.195
Rateio Manut. Das inst.	0	5.500	12.100	19.965	36.605
Rateio Manut.de equipamentos	0	4.832	10.630	17.541	32.155
Rateio Manut. equip.diversos	0	560	1.232	2.034	3.725
Rateio Manut. Mobiliários	0	320	704	1.161	2.130
Rateio imposto e taxas	0	900	1.980	3.267	5.990
Rateio outras taxas	0	880	1.936	3.195	5.855
Sub total	0	46.425	102.136	168.525	308.960
	2.007	2.008	2.009	2.010	2.011
ENSINO/PESQUISA/EXTENÇÃO	0	23.620	46.574	76.905	98.414
CAPACITAÇÃO	0	1.200	3.960	5.280	6.600
DIÁRIAS E PASSAGENS	0	6.800	14.960	22.440	37.400
DESPESAS DIVERSAS	0	46425	102.136	168.525	308.960
TOTAL	0	84.745	181.050	293.940	488.224
DESPESAS					
DEPESAS C/PESSOAL	0	942.574	1.570.047	1.839.864	3.355.598
DESPESAS C/INVESTIMENTOS	0	801.516	542.958	893.385	548.616
DESPESAS C/CUSTEIO	0	78.045	167.630	273.150	451.374
TOTAL	0	1.822.135	2.280.635	3.006.399	4.355.589

7 – AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

De acordo com a Portaria DIR-86/06, de 11 de julho de 2006, ficou estabelecida a COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA, cuja escolha dos membros da Comissão obedeceu às determinações da Portaria DIR-87/06, de 11 de julho de 2006.

O projeto de auto-avaliação da EAF Barbacena – MG atende as diretrizes definidas na Lei n. 10.861 de 14/04/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, cuja finalidade é:

[...] a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão de sua oferta, o aumento permanente da sua eficiência institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento de seus compromissos e responsabilidades sociais. (SINAES, 2004, p.1).

Para coordenar o processo de auto-avaliação, a EAF Barbacena – MG instituiu, por meio da Portaria DIR-86, de 11 de julho de 2006, a Comissão Própria de Avaliação – CPA, a qual teve seus membros designados pela Portaria DIR-87, de 11 de julho de 2006. A Comissão é constituída por um representante da sociedade civil organizada e de todos os segmentos da comunidade acadêmica, conforme definido no artigo 11 da Lei n. 10.861 de 14/04/2004.

O projeto, elaborado pela CPA, tem como tarefa a implantação e condução de processo de auto-avaliação, relativo ao conjunto das dimensões definidas pelo SINAES, considerando-se as especificidades da EAF Barbacena – MG. Pretende-se, com os resultados coletados e analisados, apresentar uma visão geral da instituição, identificando suas potencialidades e necessidades de mudanças/reformulações que melhor atendam aos anseios da comunidade acadêmica. Assim, o resultado da auto-avaliação deverá oferecer dados para subsidiar o Plano de Desenvolvimento Institucional da EAF Barbacena – MG, bem como, juntamente com os dados das avaliações externas, constituir-se em referencial básico na implantação de políticas educacionais e no cumprimento de seus compromissos e sua responsabilidade social.

O projeto, ora apresentado, foi elaborado considerando os objetivos, a identidade e história da instituição, bem como os objetivos/diretrizes/indicadores apresentados pelo SINAES. Espera-se que, dessa forma, a avaliação institucional venha a cumprir, de fato, seu papel de subsidiar as políticas e as práticas acadêmicas da instituição.

O presente documento passará pela apreciação da comunidade acadêmica e as sugestões apresentadas serão consideradas na elaboração dos instrumentos de auto-avaliação.

7.1 – INTRODUÇÃO

A proposta de avaliação da educação superior tem como principais características a avaliação institucional como centro do processo, a integração de diversos instrumentos com base em uma concepção global e o respeito à identidade e às diversidades institucionais.

A sistemática de avaliação, que ocorrerá em processo permanente, terá finalidade construtiva e formativa ampliando o campo da avaliação quanto à temática, ao universo institucional, aos agentes e aos objetivos.

A Escola Agrotécnica Federal de Barbacena -MG compreende o processo de auto-avaliação como uma ferramenta que possibilitará o auto-conhecimento e o ajuste das ações institucionais, objetivando a melhoria da qualidade acadêmica em todos os seus níveis. Entende ainda que, por ser uma instituição com particularidades (ensino superior, técnico e médio), este será o momento oportuno para estender a auto-avaliação a todos os setores que não atendem ao curso superior.

Nesse sentido, a utilização dos resultados fundamentará o planejamento da gestão institucional, prestação de contas à sociedade no tocante à formação acadêmica, ética e política dos seus alunos, à produção e socialização de conhecimentos e promoção do avanço da ciência, da tecnologia e da cultura.

7.2 - OBJETIVOS

7.2.1 – Geral

Implantar e implementar a Auto-avaliação Institucional.

7.2.2 – Específicos

- a) Coordenar e articular o processo interno de auto-avaliação e disponibilizar informações;
- b) Atuar como instrumento de construção e/ou consolidação de uma cultura de avaliação da instituição, com a qual a comunidade interna se identifique e comprometa;
- c) Auxiliar no planejamento e no redirecionamento das ações da EAF Barbacena-MG.

7.3 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Conforme definido pelo SINAES, o processo de auto-avaliação será coordenado pela CPA - Comissão Própria de Avaliação, designada para esse fim.

O processo avaliativo trabalhará com abordagens metodológicas e instrumentos adequados à obtenção dos objetivos previstos. Quando as dimensões a serem avaliadas exigirem especificidades técnicas, constituir-se-ão sub-comissões que tenham as competências adequadas para tal.

Os instrumentos a serem utilizados contemplarão aspectos qualitativos e quantitativos.

Todos os segmentos da instituição terão participação garantida na auto-avaliação institucional.

7.3.1 – Etapas

Etapa I – PLANEJAMENTO: esta etapa prevê as seguintes ações:

- Constituição da CPA;
- sensibilização da comunidade interna;
- elaboração do projeto de auto-avaliação;
- elaboração de material para divulgação interna;
- divulgação do projeto para a comunidade acadêmica.

Etapa II – DESENVOLVIMENTO: esta etapa prevê as seguintes ações:

- Definição da sub-comissão;
- elaboração de instrumentos de avaliação;
- análise das informações e geração de relatórios parciais

Etapa III – CONSOLIDAÇÃO E REDIRECIONAMENTO; esta etapa prevê as seguintes ações:

- Elaboração e divulgação de relatório final;
- divulgação e reflexão dos resultados e conclusões, na comunidade acadêmica;
- balanço crítico de todo o processo avaliativo.
- Geração de uma auto-consciência das novas diretrizes apontadas.

7.4 – DIMENSÕES A SEREM AVALIADAS

De acordo com o artigo 3º da Lei n. 10.861 de 14/04/2004, e as orientações apresentadas no Roteiro da Auto-Avaliação Institucional 2004, o Projeto trabalhará com as dimensões e indicadores a seguir:

7.4.1 – Primeira Dimensão – A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional

7.4.1.1 – Núcleo Básico e comum

- Finalidades, objetivos e compromissos da EAF Barbacena – MG, explicitados em documentos oficiais;

- concretização das práticas pedagógicas e administrativas e sua relação com os objetivos centrais da instituição;
- características básicas do Plano de Desenvolvimento Institucional e suas relações com o contexto societário;
- articulação entre o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Projeto Pedagógico Institucional.

7.4.1.2 – Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- Plano de Desenvolvimento Institucional;
- Projeto Pedagógico dos cursos;
- Avaliação das condições de oferta dos cursos.

7.4.2 – Segunda Dimensão – A política para o ensino, a pesquisa e a extensão

7.4.2.1 – ENSINO – Núcleo básico e comum

- Concepção de currículo e organização didático-pedagógica;
- práticas pedagógicas;
- pertinência de currículos em relação aos objetivos institucionais, às demandas sociais e necessidades individuais;
- práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio aos estudantes, as inovações didático-pedagógicas e o uso de novas tecnologias no ensino.

7.4.2.2 – PESQUISA – Núcleo básico e Comum

- Importância social e científica da pesquisa em relação aos objetivos institucionais;
- vínculos e contribuições da pesquisa para o desenvolvimento das áreas de atuação da EAF Barbacena – MG;
- políticas e práticas institucionais de pesquisa para a formação de pesquisadores;
- articulação da pesquisa com as demais atividades acadêmicas;
- normas para o desenvolvimento de pesquisas.

7.4.2.3 – EXTENSÃO – Núcleo básico e Comum

- Concepção de extensão e de intervenção social definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional;
- articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demandas do entorno social;
- participação dos estudantes nas atividades de extensão.

7.4.2.4 – Documentação, dados e indicadores para esta dimensão

- Currículos e programas de estudo;
- grupos de trabalho, bolsas outorgadas, estímulos à pesquisa;
- convênios e acordos com outras instituições;
- indicadores de atividades científicas;
- conceitos da CAPES;
- indicadores de atuação profissional dos egressos;
- indicador de publicações;
- relatórios de gestão.

7.4.3 – Terceira Dimensão – A responsabilidade social da instituição

7.4.3.1 – Núcleo básico e comum

- Transferência de conhecimento e importância social das ações da EAF Barbacena – MG;
- natureza das relações com os setores público e produtivo, com o mercado de trabalho e com instituições sociais culturais e educativas em sua área de atuação;
- ações voltadas para o desenvolvimento da democracia, cidadania e atenção a setores sociais excluídos, etc.

7.4.3.2 – Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- Critérios utilizados pela EAF Barbacena – MG para abertura de cursos e ampliação de vagas;
- caracterização e pertinência de ações nas áreas de educação, lazer, cultura, meio ambiente, etc e sua vinculação com o desenvolvimento das atividades da instituição;
- dados sobre bolsas, inclusão de portadores de necessidades especiais;
- convênios e acordos com outras instituições.

7.4.4 – Quarta Dimensão – A comunicação com a sociedade

7.4.4.1 – Núcleo básico e comum

- Estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna e externa;
- imagem pública da instituição nos meios de comunicação social.

7.4.4.2 – Documentação, dados e indicadores para esta dimensão

- Meios e canais de comunicação utilizados para divulgar as atividades e eventos internos e externos;
- regimentos e manuais de circulação interna;
- folhetos e jornais para circulação interna;
- manual do aluno;
- sítio de divulgação na WEB.

7.4.5 – Quinta Dimensão - As políticas de pessoal, de carreiras dos corpos docente e técnico, e suas condições de trabalho

7.4.5.1 – Núcleo básico e comum

- Planos de carreira regulamentados;
- programas de qualificação profissional e melhoria da qualidade de vida;
- clima institucional, estrutura de poder, graus de satisfação pessoal e profissional.

7.4.5.2 - Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

Corpo docente

- Número,
- titulação,
- regime de trabalho (parcial, integral, substitutos),
- experiência profissional,
- formação didático pedagógica,
- nº. de publicações,
- critérios de ingresso e progressão na carreira,
- políticas de capacitação e avaliação de desempenho,
- pesquisas e/ou estudos sobre as condições de trabalho,
- recursos, formação do pessoal técnico-administrativo,
- índice de qualificação do corpo docente (IQCD),

- produção acadêmica/docente,
- aluno tempo integral/professor,
- grau de envolvimento com graduação, pesquisa e extensão,
- qualidade do trabalho (grau de satisfação do usuário).

Corpo técnico administrativo

- N°. de servidores,
- escolaridade,
- envolvimento com pesquisa e extensão,
- experiência profissional,
- critérios de ingresso e progressão na carreira,
- políticas de capacitação,
- avaliações de desempenho,
- pesquisa e/ou estudos sobre satisfação dos servidores com as condições de trabalho,
- indicadores sobre aluno tempo integral/pessoal técnico administrativo,
- qualidade do trabalho (grau de satisfação do usuário).

7.4.6 – Sexta Dimensão – Organização e gestão da instituição, colegiados, participação dos segmentos da comunidade nos processos decisórios

7.4.6.1 – Núcleo básico e comum:

- Existência de plano de gestão ou plano de metas;
- funcionamento, composição e atribuição dos colegiados da instituição;
- uso da gestão e tomadas de decisão em relação às finalidades educativas;
- formas de participação dos segmentos da comunidade na gestão;
- investimento na comunicação e circulação da informação em todos os setores/segmentos da instituição.

7.4.6.2 – Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- Atas dos colegiados;
- regulamentos internos, normas acadêmicas, regimentos e estatutos;
- funcionamento do sistema de registro acadêmico;
- organograma institucional;
- instruções normativas sobre os procedimentos institucionais.

7.4.7 – Sétima Dimensão – Infra-estrutura física

7.4.7.1 – Núcleo básico e comum:

- Adequação da infra-estrutura (salas de aula, bibliotecas, laboratórios, equipamentos de informática etc) em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- políticas de segurança, conservação e atualização dos acervos e infra-estrutura da instituição;
- utilização da infra-estrutura para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras;
- infra-estrutura adequada de apoio no campus.

7.4.7.2 – Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- N°. e condições de salas de aula; instalações administrativas; salas de docentes; salas de reuniões; auditórios; bibliotecas; laboratórios; equipamentos; instalações sanitárias etc;
- acessos para portadores de necessidades especiais;
- planos de segurança patrimonial e institucional;
- grau de satisfação do usuário.

7.4.8 – Oitava Dimensão – Planejamento e avaliação em relação aos processos e eficácia da auto-avaliação

7.4.8.1 – Núcleo básico e comum

- Adequação e efetividade do Plano de Desenvolvimento Institucional e sua relação com os projetos pedagógicos dos cursos;
- procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, voltados para as atividades educativas.

7.4.8.2 – Documentação, dados e indicadores para esta dimensão

- Projeto pedagógico institucional;
- projeto pedagógico dos cursos;
- relatórios parciais de auto-avaliação;
- relatório final de auto-avaliação;
- ações decorrentes da auto-avaliação;
- Nº de eventos e seminários de difusão dos processos de auto-avaliação.

7.4.9 – Nona Dimensão - Políticas de atendimento a estudantes e egressos

7.4.9.1 – Estudantes – Núcleo básico e comum

- Políticas de acesso, seleção e permanência dos alunos na instituição;
- políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino, iniciação científica; extensão, avaliação institucional e intercâmbio;
- mecanismos, sistemáticas de estudos e análises dos dados dos ingressantes, evasão/abandono, tempos médios de conclusão, formatura, relação professor/aluno;
- acompanhamento dos egressos e oportunidades de formação continuada.

7.4.9.2 – Egressos – Núcleo básico e comum

- Inserção profissional dos egressos;
- participação dos egressos na vida institucional.

7.4.9.3 – Documentos dados e indicadores para esta dimensão pesquisas e estudos sobre egressos:

- Nº. de candidatos;
- nº. de ingressantes;
- nº. de estudantes matriculados por curso;
- nº. médio de alunos por turma;
- nº. de intercâmbios e eventos realizados;
- nº. de participação em eventos;
- nº. de trabalhos de alunos publicados;
- taxa de sucesso na graduação (TSG);
- grau de participação estudantil (GPE);
- aluno tempo integral/professor;
- aluno tempo integral/técnico-administrativo.

7.4.10 – 10ª Dimensão - Sustentabilidade financeira

7.4.10.1 – Núcleo básico e comum

- Sustentabilidade financeira e políticas de captação e alocação de recursos;
- políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão.

7.4.10.2 – Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- Planilhas de contratação de pessoal docente e técnico-administrativo;
- planilha de liberação de verbas para capacitação de docentes e técnico-administrativos;
- planilha de liberação de verbas para participação de discentes em eventos;
- planilha financeira.

Os indicadores definidos em cada dimensão serão considerados na elaboração dos questionários, no roteiro das entrevistas e, também, na análise documental. A CPA definirá os instrumentos a serem utilizados nas diferentes dimensões.

8 – CRONOGRAMA

QUADRO 8.1 – Cronograma de ações para 2006-2008

ACÕES	2º Sem. 2006	1º Sem. 2007	1º Sem. 2007	1º Sem. 2008	2º Sem. 2008
Constituição da CPA	X				
Sensibilização da comunidade (SINAES)	X	X	X	X	X
Elaboração do Projeto de Auto-Avaliação	X				
Divulgação do Proj. na Comunidade Acadêmica	X				
Elaboração de Instrumentos para a Avaliação		X			
Aplicação dos Instrumentos de Avaliação			X		
Elaboração de Relatórios Parciais				X	
Elaboração de Relatório Final				X	
Debate com a Comunidade				X	X
Recebimento da Comissão Externa de Avaliação					X

9 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Lei 8.731 de 16 de novembro de 1993. Transforma Escolas Agrotécnicas em Autarquias. Brasília: Governo Federal, 1993.

BRASIL, Lei 10.861 de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES – e dá outras Providências. Brasília: Governo Federal, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. CONAES. Diretrizes para a avaliação das instituições de educação superior. Brasília: Ministério da Educação, 2004. 48 p.

EAFB-MG. Diretoria Geral. Portaria DIR- 86 de 11/07/2006. Institui a Comissão Própria de Avaliação (CPA). Barbacena:EAFB-MG, 2006. 1 p.

EAFB-MG. Diretoria Geral. Portaria DIR- 87 de 11/07/2006. Designa os membros para constituírem a CPA. Barbacena: EAFB -MG, 2006. 1 p.

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2. ed. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004. 157 p.